



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINARES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

GABRIELA DE ALMEIDA PEREIRA

**O AMOR ENQUANTO PRÁTICA POLÍTICA: COMO A FAMÍLIA DE MARIELLE
FRANCO ENFRENTOU A DESINFORMAÇÃO E RESSIGNIFICOU A LUTA POR
SUA MEMÓRIA**

Brasília - DF, fevereiro de 2025.



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINARES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E
CIDADANIA

GABRIELA DE ALMEIDA PEREIRA

O AMOR ENQUANTO PRÁTICA POLÍTICA: COMO A FAMÍLIA DE
MARIELLE FRANCO ENFRENTOU A DESINFORMAÇÃO E
RESSIGNIFICOU A LUTA POR SUA MEMÓRIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania como requisito parcial para a obtenção do grau de mestra em Direitos Humanos e Cidadania.

Linha de pesquisa Políticas Públicas, Movimentos Sociais, Diversidade Sexual e de Gênero, Raça e Etnia.

Orientadora: Professora Doutora Vanessa Maria de Castro



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINARES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E
CIDADANIA

GABRIELA DE ALMEIDA PEREIRA

O AMOR ENQUANTO PRÁTICA POLÍTICA: COMO A FAMÍLIA DE
MARIELLE FRANCO ENFRENTOU A DESINFORMAÇÃO E
RESSIGNIFICOU A LUTA POR SUA MEMÓRIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania como requisito parcial para a obtenção do grau de mestra em Direitos Humanos e Cidadania.

Linha de pesquisa Políticas Públicas, Movimentos Sociais, Diversidade Sexual e de Gênero, Raça e Etnia.

Orientadora: Professora Doutora Vanessa Maria de Castro.

Brasília - DF, fevereiro de 2025.

A reprodução e divulgação deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, está autorizada para fins acadêmicos, desde que citada a fonte.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS
MULTIDISCIPLINARES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS
HUMANOS E CIDADANIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania, da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em Direitos Humanos e Cidadania, da linha de pesquisa: Políticas Públicas, Movimentos Sociais, Diversidade Sexual e de Gênero, Raça e Etnia.

Aprovada por:

Prof.^a. Dr.^a. Vanessa Maria de Castro – UnB
(Orientadora)

Prof.^a. Dr.^a. Rayane Cristina de Andrade Gomes
(Examinadora externa)

Prof. Dr. wanderson flor do nascimento
(Examinador interno)

Prof.^a. Dr.^a. Renísia Cristina Garcia Filice
(Examinadora interna - Suplente)

Brasília, 24 de fevereiro de 2025

Este trabalho é integralmente dedicado à Marielle Franco e sua família: Anielle, Luyara, Marinete e Antônio Francisco, pessoas que guiaram a mim – e uma nação – ao caminho do amor.

AGRADECIMENTOS

As páginas a seguir não existiriam se, lá atrás, a Prof.^a. Dr.^a. Vanessa Maria de Castro tivesse soltado a minha mão. Pelo contrário: Vanessa foi delicada ao ler minhas dores, entender minhas aflições, e me dar todo o apoio necessário para que fosse possível concluir esta importante etapa da minha carreira acadêmica e profissional. Agradeço imensamente a ela e, também, à Maíra de Deus Brito, amiga-irmã de profissão e de vida, com quem já dividi um sem-fim de encontros acadêmicos, carnavalescos, jornalísticos e de alma. Sem vocês, em especial, esta dissertação não existiria.

Agradeço ao Paulo Eduardo de Oliveira Silva pela chegada triunfal, apoio incansável e pelo incentivo diário. Mil agradecimentos à minha mãe, Maria de Nazaré Lima de Almeida, ao meu pai, Raymundo José Pereira Netto, meu irmão, Arthur Claudio de Almeida Pereira, e em especial, às minhas sobrinhas, Helena Maria e Maria Tereza, que trouxeram amor e sorte para a minha vida, cada uma em um momento decisivo e especial.

Agradeço à Amanda de Araujo Bittar, amiga que soube dosar amizade, compreensão e um apoio incondicional; a Dennis Novaes, a primeira pessoa a me encorajar a fazer um mestrado. Agradeço ainda a Pedro Muniz, Isabella Savi, Guilherme Tavares, Paulo Rêgo, Larissa Sampaio, Raíla Alves, Cássio Costa, Amanda Freitas, Uíla Gabriela, Aline Nolasco, Lucas Mendes, Nailde e à Rede Negra sobre Tecnologia e Direitos Digitais, por todo cuidado, os inúmeros aprendizados e as portas abertas.

Aos meus tios, Manoel Dantas e Solange Maria, agradeço o apoio, inclusive financeiro, para que eu pudesse me deslocar para o Rio de Janeiro para coletar preciosas informações que tornaram este trabalho tão especial. Agradeço, ainda, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio a esta pesquisa, e a Jonas França, por ter me apresentado, no início do mestrado, à história de Mãe Gilda de Ogum.

Hoje e sempre minha gratidão eterna a quem me guia e me guarda, a São Jorge guerreiro, a Exu pelos caminhos abertos, a Oxóssi pelas flechas certeiras, mesa farta e todo conhecimento compartilhado.

“Quando lançamos nossos olhares para os espelhos que Oxum e Iemanjá nos oferecem, é que alcançamos os sentidos de nossas escritas” (Evaristo, 2020, p. 39).

“A potência transformadora do amor na vida cotidiana é a única força que pode resolver a infinidade de crises que enfrentamos agora. Não conseguiremos efetivamente resistir à dominação se nossos esforços para criar mudanças pessoais e sociais significativas e duradouras não estiverem fundamentados em uma ética do amor”, bell hooks (2024)

RESUMO

Esta dissertação analisa os impactos da desinformação sobre a memória de Marielle Franco, vereadora assassinada em 2018, e como sua família ressignificou essa luta utilizando o amor como prática política. O trabalho insere-se na linha de pesquisa “Políticas Públicas, Movimentos Sociais, Diversidade Sexual e de Gênero, Raça e Etnia” do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania da Universidade de Brasília. A pesquisa destaca como as narrativas falsas não apenas atacaram a memória de Marielle, mas também tentaram deslegitimar sua atuação política e desumanizá-la, refletindo estruturas racistas, misóginas e LGBTfóbicas presentes na sociedade brasileira. Por meio de uma abordagem qualitativa, foi realizada entrevista com uma familiar de Marielle, análises de publicações e documentos, além de uma revisão teórica fundamentada em autores como bell hooks, Hannah Arendt e Claire Wardle. Os resultados mostram que, diante da disseminação de mentiras, a família Franco enfrentou desafios emocionais e sociais significativos. Contudo, encontrou no amor uma ferramenta de resistência, transformando o luto em ações práticas de preservação da memória e de fortalecimento de movimentos sociais. A criação do Instituto Marielle Franco emerge como uma resposta concreta, conectando mulheres negras, pessoas LGBTQIA+ e comunidades periféricas à luta por justiça e igualdade. A dissertação argumenta que o amor, enquanto prática política, transcende o afeto individual, assumindo um papel coletivo transformador na resistência às violências narrativas e na promoção dos direitos humanos. Conclui-se que o caso de Marielle Franco exemplifica a complexidade da relação entre desinformação, memória e direitos humanos. A resposta de sua família reforça a importância de ações coletivas e afetivas para enfrentar o discurso de ódio e garantir uma memória digna, essencial à construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Palavras-chave: Amor; Desinformação; Direitos Humanos; Marielle Franco; Memória.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the impacts of disinformation on the memory of Marielle Franco, a city councilwoman assassinated in 2018, and how her family redefined this struggle by using love as a political practice. The study is part of the research line "Public Policies, Social Movements, Sexual and Gender Diversity, Race, and Ethnicity" within the Graduate Program in Human Rights and Citizenship at the University of Brasília. The research highlights how false narratives not only attacked Marielle's memory but also sought to delegitimize her political work and dehumanize her, reflecting the racist, misogynistic, and LGBTQ-phobic structures present in Brazilian society.

Through a qualitative approach, the study conducted an interview with a member of Marielle's family, analyzed publications and documents, and performed a theoretical review based on authors such as bell hooks, Hannah Arendt, and Claire Wardle. The results show that, in the face of the spread of lies, the Franco family faced significant emotional and social challenges. However, they found in love a tool of resistance, transforming grief into practical actions to preserve memory and strengthen social movements.

The creation of the Marielle Franco Institute emerges as a concrete response, connecting Black women, LGBTQIA+ individuals, and peripheral communities to the fight for justice and equality. The dissertation argues that love, as a political practice, transcends individual affection, taking on a transformative collective role in resisting narrative violence and promoting human rights. It concludes that Marielle Franco's case exemplifies the complexity of the relationship between disinformation, memory, and human rights. Her family's response underscores the importance of collective and affective actions to confront hate speech and ensure a dignified memory, essential to building a more just and inclusive society.

Keywords: Love; Disinformation; Human Rights; Marielle Franco; Memory.

LISTA DE FIGURAS E ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Roda de leitura do HQ “Marielle Franco - Raízes”

Figura 2 – Marinete lê a HQ de Marielle com a neta Eloah, filha de Anielle Franco

Figura 3 – Marielle no carnaval com um leque, onde se lê “Não é Não!”

Figura 4 – Anielle Franco e Marielle Franco na igreja de São Jorge

Figura 5 – Katy Perry faz homenagem a Marielle Franco e recebe irmã, Anielle, e filha, Luyara, da vereadora no palco de seu show no Rio

Figura 6 – Posse de Sonia Guajajara e Anielle Franco como ministras, em janeiro de 2023

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

Alerj	Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Ceasm	Centro de Estudos Ações Solidárias da Maré
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
Labic	Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transsexuais, Queers, Intersexos e Assexuais, entre outros
MBL	Movimento Brasil Livre
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
Pane	Plataforma Antirracista nas Eleições
PL	Projeto de lei
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC –Rio	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora
UNFPA	Fundo de População das Nações Unidas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	22
<u>1 MARIELLE FRANCO: QUE VOZ É ESSA QUE TENTARAM</u>	
<u>SILENCIAR?.....</u>	30
1.1 História de vida de Marielle Franco.....	33
1.1.1 A formação e ascensão política de marielle franco: uma trajetória de luta e resistência.....	36
1.1.2 Lembranças da família.....	39
1.2 A tentativa de silenciar a história de Marielle.....	45
1.2.1 As mentiras contadas e a luta da família pela memória de Marielle... ..	49
2 O AMOR COMO PRÁTICA POLÍTICA: COMO A FAMÍLIA RESSIGNIFICOU A LUTA PELA MEMÓRIA DE MARIELLE.....	62
2.1 Sementes de Marielle Franco.....	65
2.2 Uma política pautada no amor.....	72
3 DISCURSO DE ÓDIO E DESINFORMAÇÃO: NARRATIVAS MENTIOSAS COMO MEIO DE NATURALIZAÇÃO DO RACISMO.....	75
3.1 Para além das redes sociais: desinformação racista para naturalizar desumanização e a violência contra de pessoas negras.....	77
3.2 O direito à memória digna, um direito humano.....	85
CONCLUSÃO.....	89
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	95
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	100

INTRODUÇÃO

Esta dissertação se situa em um contexto sociopolítico de crescente fortalecimento da extrema direita no Brasil, especialmente entre 2017 e 2018. Nesse período, os discursos polarizadores e o uso sistemático da desinformação tornaram-se ferramentas para deslegitimar instituições democráticas, atacar lideranças progressistas e perpetuar estruturas de opressão baseadas no racismo, na misoginia e nos preconceitos de classe para mobilizar seguidores e consolidar poder político.

Marielle Franco, eleita vereadora pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) em 2016, emergiu como uma das vozes mais relevantes na luta por justiça social e direitos humanos no Brasil. Nascida em 27 de julho de 1979, na comunidade da Maré, no Rio de Janeiro, formou-se em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Sua trajetória foi tragicamente interrompida em 14 de março de 2018, quando foi assassinada ao lado de seu motorista, Anderson Gomes, em um atentado cujas circunstâncias permanecem sob investigação. Aos 38 anos, Marielle teve sua vida ceifada, mas seu legado permanece vivo, inspirando lutas por justiça e igualdade.

Marielle vivia na cidade do Rio de Janeiro, onde também exerceu seu mandato como vereadora, e se destacou pela sua atuação incansável em áreas como segurança pública, direitos humanos e igualdade racial. Como mulher negra e feminista, lutava contra o racismo estrutural e as violências sofridas por aqueles que vivem nas periferias. A sua capacidade de articulação política e seu compromisso com as causas sociais foram fundamentais para sua ascensão política.

O assassinato de Marielle Franco não foi apenas uma tragédia pessoal, mas também um marco da violência política e simbólica contra defensores de direitos humanos no Brasil. Após sua morte, sua memória tornou-se alvo de campanhas sistemáticas de desinformação, que buscavam destruir sua história, desumanizá-la e associá-la a crimes e práticas ilegítimas. Essas narrativas falsas, amplificadas por redes sociais e grupos alinhados à extrema direita, não apenas atacavam sua memória, mas também tentavam silenciar

sua trajetória de luta por justiça social e igualdade. Ao distorcer sua imagem, esses ataques buscavam apagar a relevância de sua ação política e sua inestimável contribuição para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

O estudo da produção deliberada de mentiras em contextos de forte polarização política e social, como o caso de Marielle Franco, levanta questões cruciais sobre os impactos dessa desinformação nas vítimas e em seus familiares. Após o assassinato de Marielle, que gerou uma mobilização massiva em defesa de seus ideais e de sua memória, a disseminação de conteúdos enganosos visava não só deslegitimar sua trajetória como defensora dos direitos humanos, mas também desumanizá-la, associando-a a práticas ilegítimas.

Esse fenômeno foi intensificado nas redes sociais, onde grupos políticos alinhados à extrema direita se valeram da viralização de conteúdos desinformativos para atacar figuras públicas progressistas. As mentiras que cercaram o nome de Marielle afetaram diretamente sua família, que, além da dor da perda, passou a enfrentar uma violação constante de sua memória e de sua luta. A família de Marielle, em sua resistência, precisou lidar com a amplificação de conteúdos falsos, que distorciam não apenas sua vida, mas também o contexto social e político em que ela atuava.

Campanhas desinformativas, especialmente aquelas que envolvem pessoas negras, são um instrumento perigoso que pode reforçar estigmas e perpetuar o racismo estrutural presente em sociedades como a brasileira. De acordo com Kimberly Grambo (2019), a produção de mentiras que atingem grupos étnicos é particularmente devastadora, pois visa minar as vitórias históricas de tais grupos e reforçar a narrativa de uma hierarquia racial que continua a marginalizar populações mais vulneráveis. No caso de Marielle, as falsas narrativas não só tentaram apagar sua contribuição para a sociedade, mas também reforçaram uma visão deturpada da luta por igualdade e justiça social.

É importante destacar que esse contexto de desinformação também se insere em uma dinâmica de violência política, onde as mentiras disseminadas nas redes sociais têm o objetivo de destruir as figuras públicas que, como Marielle, representam uma ameaça a um status quo excludente. A disseminação de peças desinformativas no caso de Marielle foi mais do que um ataque à sua memória; foi uma tentativa de deslegitimar a luta dos movimentos sociais, sobretudo daqueles que defendem os direitos das populações marginalizadas.

Segundo Hannah Arendt (2013), a mentira na política tem a capacidade de corroer as fundações da democracia, criando uma realidade paralela que mina a verdade factual, essencial para o bom funcionamento da sociedade. A produção de mentiras no contexto pós-morte de Marielle Franco também revela uma faceta da necropolítica, conceito de Achille Mbembe (2016), que analisa como a morte de determinadas figuras políticas pode ser utilizada para reforçar um controle sobre a vida de pessoas marginalizadas. A morte de Marielle, em vez de ser um ponto de reflexão e luta por justiça, foi instrumentalizada para silenciar não apenas sua figura, mas também a causa a que ela dedicava sua vida. A necropolítica, portanto, se manifesta não apenas no assassinato físico, mas também na tentativa de aniquilar sua memória e deslegitimar a luta dos que continuam a sua trajetória.

A criação do Instituto Marielle Franco, em 2019, exemplifica a resistência da família de Marielle, promovendo a preservação de sua memória e fortalecendo a luta por direitos humanos e justiça social. Em resposta às violências sofridas, a família adotou o amor como prática política, ressignificando a dor e transformando o luto em ação. Este trabalho, portanto, investiga como ocorreu a disseminação de narrativas falsas sobre Marielle Franco e como essas mentiras foram enfrentadas por práticas fundamentadas no cuidado, na solidariedade, na coletividade e no amor como instrumentos de transformação política.

Quando esta pesquisa foi iniciada, já com o propósito de compreender como os familiares de Marielle Franco enfrentaram e lidaram com a

avassaladora produção de mentiras e conteúdos desinformativos em torno de seu nome e de sua história, o Brasil vivia um período político marcado pelo fortalecimento da extrema direita. Essa jornada de investigação e reflexão foi, para mim, também um processo de transformação pessoal e intelectual. Levou tempo até que eu conseguisse identificar o "amor" não apenas como um campo teórico, mas como um ato político capaz de ressignificar o ódio e a injustiça que presenciei ao longo dos últimos seis anos. Nesse percurso, compreendi que o amor, enquanto prática e lente analítica, possui a força de desestabilizar as narrativas de violência simbólica e de enfrentar tecnologias digitais que, frequentemente, ampliam desigualdades e atacam de forma implacável grupos mais vulneráveis. Mais do que isso, esta dissertação amadurecida se constrói sobre a ideia de que o amor não é uma reação passiva, mas um instrumento de luta ativa e transformadora, capaz de preservar memórias, fortalecer resistências e reivindicar justiça frente às forças desumanizadoras que tentam silenciar vozes como a de Marielle Franco.

O presente trabalho apresenta uma análise dos impactos de conteúdos enganosos disseminados sobre Marielle Franco. A pesquisa também se debruça sobre como sua família – especialmente a irmã, Anielle Franco, a filha, Luyara, a mãe, Marinete Silva, e o pai, Antonio Francisco – lidou com essas narrativas, ressignificando a dor ao transformar o luto em luta.

Por meio de entrevistas, relatos em jornais, publicações em redes sociais e obras produzidas pelos familiares, o estudo busca compreender as estratégias utilizadas para preservar a memória de Marielle e enfrentar os ataques que tentaram apagar seu legado.

Para além de buscar justiça no sentido jurídico – ou seja, a condenação dos executores e mandantes do assassinato –, a luta por justiça no caso de Marielle também envolve o enfrentamento às mentiras que tentaram aniquilar sua memória. Mais do que isso, é sobre reafirmar a relevância histórica e política de sua luta pelos direitos humanos e pela dignidade de grupos marginalizados. Como bem sintetiza a música Obá Iná, de Douglas Germano: “Não há justiça sem amor”.

O caso de Marielle Franco é emblemático para se compreender como a desinformação pode ser usada como uma arma perigosa para deslegitimar figuras públicas, especialmente aquelas que desafiam as estruturas de poder. As implicações emocionais e memoriais para sua família são um reflexo das tentativas de apagar sua luta. Assim, esta dissertação propõe investigar não apenas as estratégias de produção e disseminação dessas narrativas falsas, mas também os caminhos que a família encontrou para ressignificá-las, transformando a memória de Marielle em um ato de resistência fundamentado no amor e na luta por justiça social.

No lugar de *fake news*, termo popularmente utilizado para se referir a conteúdos falsos, utilizo em grande parte deste trabalho os conceitos disponíveis em “Jornalismo, *fake news* & desinformação: manual para educação e treinamento em jornalismo”, material publicado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que reúne Claire Wardle, Hossein Derakhshan, Cherilyn Ireton e Julie Posetti, alguns dos principais autores que pesquisam desinformação na atualidade. Na visão de Wardle e Derakshan (2019), *fake news* é um oxímoro, ou seja, são duas palavras que têm sentidos opostos e, portanto, se excluem mutuamente, já que, em tese, notícias não podem ser falsas e vice-versa. Os autores destacam, ainda:

Grande parte do discurso sobre *fake news* combina duas noções: informação incorreta e desinformação. Pode ser útil, no entanto, propor que a informação incorreta seja informação falsa que a pessoa que está divulgando acredita ser verdadeira. Desinformação é uma informação falsa e a pessoa que a divulga sabe que é falsa. É uma mentira intencional e deliberada, e resulta em usuários sendo ativamente desinformados por pessoas maliciosas. Uma terceira categoria poderia ser denominada má-informação; informação que é baseada na realidade, mas usada para causar danos a uma pessoa, organização ou país. Essas más-informações – como informações verdadeiras que violam a privacidade de uma pessoa sem uma justificativa de interesse público – vão contra os padrões e a ética do jornalismo (Wardle; Derakshan, 2019, p. 47- 48).

Wardle e Derakshan (2019) nomeiam como “desordem informacional” as diferentes molduras que os conteúdos enganosos podem ter, com atenção especial à motivação por trás da produção desses materiais, além de fatores como a criação, a produção e a distribuição, elementos centrais para se observar o caso de Marielle Franco, por exemplo. Nesta pesquisa, no entanto, apresento em determinados momentos o termo desinformação, mas, antes de tudo, reforço a importância de nomear como mentira o que de fato o é.

Com o objetivo geral de compreender como a disseminação de conteúdos falsos sobre Marielle Franco afetou sua memória e as consequências para sua família, o estudo busca como objetivos específicos: a) conhecer a trajetória de Marielle Franco e compreender como sua família foi impactada pelos conteúdos enganosos criados sobre ela após sua morte; b) analisar as estratégias adotadas pela família para lidar com as falsas narrativas, identificando como buscam preservar a verdade sobre Marielle e manter viva sua luta pelos direitos humanos; c) compreender a visão da família Franco sobre o papel das narrativas enganosas na sociedade brasileira, avaliando como essas falsidades afetam não apenas a memória de Marielle, mas também a promoção contínua dos direitos humanos no contexto sociopolítico do país; e d) analisar o lugar do amor na caminhada da família pela preservação da memória de Marielle.

Para a produção desta pesquisa, o objetivo inicial era ir ao Rio de Janeiro para conversar pessoalmente com os familiares de Marielle Franco. Em 1º de setembro de 2019 iniciei uma aproximação ao ir para a capital carioca com apoio financeiro de um familiar prestigiar o lançamento do livro "Cartas para Marielle", uma obra de cunho emocional, no qual os familiares reuniram algumas de suas experiências sem Marielle, como o primeiro Dia dos Pais de Antonio Francisco sem a filha. Na ocasião, informalmente, o senhor Antonio me disse emocionado que, embora a circunstância tivesse¹ sido horrível, ele tinha orgulho de ver que Marielle havia se tornado uma referência mundial ao lado

de ídolos que a filha carregava consigo, como o ativista norte-americano Martin Luther King.

Com a chegada da pandemia de Covid-19, em março de 2020, foi preciso retrazar algumas rotas. As conversas presenciais que eu havia previsto haviam sido suspensas, em decorrência do lockdown e da instabilidade no grave quadro de saúde pública no qual o Brasil estava inserido. Sendo assim, em 20 de maio de 2020, entrevistei Anielle Franco via Skype, plataforma que, até então, enquanto o mundo se adaptava à nova realidade, era a mais utilizada para chamadas em vídeo. Na ocasião, expliquei sobre a pesquisa e garanti que Anielle estivesse ciente do uso de seu depoimento.

A Covid-19 foi avassaladora e, somente no Brasil, fez mais de 700 mil vítimas, para além dos efeitos posteriores, com sequelas físicas, sociais e emocionais, à uma grande parcela da população mundial. Com esse cenário instável e turbulento, optei por não expor a família de Marielle à mais uma leva de entrevistas, tendo em vista que seria um desgaste físico e emocional para pessoas que ainda estavam vivendo um luto público em meio a uma terrível pandemia. Sendo assim, este trabalho conta com uma conversa com Anielle Franco e um mergulho nos livros publicados pela família de Marielle, além de falas públicas, em entrevistas e redes sociais, nos quais seus familiares falaram sobre as violências que sofreram em decorrência das mentiras, mas, mais do que isso, foco em quando se pronunciaram a respeito de como o amor e a luta pela memória de Marielle os fizeram mover estruturas e mostrar como essa prática política pode ser inspiradora quando se trata de práticas cruéis, como a criação e disseminação de mentiras criadas com o intuito de manipular a opinião pública.

Durante o período em que me debrucei nesta pesquisa, conversei ainda, via WhatsApp, nos dias 9 e 10 de setembro de 2020, com Samara Castro, advogada da família de Marielle, que me explicou um pouco sobre como, do ponto de vista jurídico, foi feito o monitoramento das publicações falsas criadas a respeito de Marielle.

Com uma coleta de diferentes tipos de informações que visam aprofundar a compreensão sobre trajetória de Marielle Franco, o impacto dos conteúdos enganosos disseminados após sua morte e a resposta de sua família a essas narrativas, essa pesquisa adota uma abordagem qualitativa, por considerar que este é o método que melhor se aplica ao estudo por existir “uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números” (Prodanov, Freitas, 2013, p.70).

A escolha pela pesquisa qualitativa se justifica, pois ela permite uma análise mais aprofundada das dimensões subjetivas da experiência humana, especialmente ao lidar com questões como o impacto emocional das mentiras e o sofrimento causado à família de Marielle. A partir dessa perspectiva, busca-se compreender como a subjetividade e a experiência vivida pela família se entrelaçam com o contexto sociopolítico do Brasil, marcado pela fabricação e disseminação de desinformação e pela violência política.

A metodologia está dividida, ainda, em entrevista semiestruturada e análise de livros publicados pela família, documentos e materiais como reportagens e publicações em redes sociais. As poesias, cartas e demais escritos da família direcionados à Marielle são uma parte fundamental desse trabalho, que observa na Escrivivência uma importante ferramenta para escrever sobre si, colher vidas e histórias, sendo uma escrita que não se esgota em si, mas aprofunda, amplia e abarca a história de uma coletividade (Evaristo, 2020, p. 35).

Além de apresentar um breve panorama sobre as principais mentiras que circularam sobre Marielle Franco, como chegaram – se chegaram – ao conhecimento da família, e suas implicações, o capítulo inicial apresenta Marielle Franco para além da ativista mundialmente conhecida, sua trajetória e principais causas nas quais costumava se engajar em sua vida pública e privada. O capítulo 1, intitulado “Marielle Franco: que voz é essa que tentaram silenciar?” também se dedica a apresentar algumas memórias da família de

Marielle, registradas em entrevista à autora, falas públicas e em livros, além da luta encabeçada pelos familiares pela preservação de sua memória.

O segundo capítulo, intitulado “O amor como prática política: como a família ressignificou a luta pela memória de Marielle” tem como ponto de partida a criação do Instituto Marielle Franco e demais ações mobilizadas com o amor como motor principal, sendo uma ferramenta política de transformação e cuidado. O capítulo analisa, ainda, como essa construção reverberou para além da família de Marielle, com impactos na vida política de mulheres negras de várias partes do Brasil, além de mudanças significativas na sociedade brasileira.

Por fim, o último capítulo, “Discurso de ódio e desinformação: narrativas mentirosas como meio de naturalização do racismo”, evidencia o direito à memória digna como um direito humano que precisa ser preservado. O capítulo observa, ainda, como o discurso de ódio e a desinformação que atentaram à honra de Marielle Franco serviram como combustíveis para a construção de narrativas perigosas para desumanizá-la, bem como uma tentativa de naturalizar o racismo e a violência contra pessoas negras. O capítulo analisa que o caso de Marielle não é isolado, observando outros episódios que envolvem a construção de mentiras contra pessoas negras dentro e fora do ambiente digital, com um destaque ao caso de Mãe Gilda de Ogum (1935 – 2000), vítima de uma narrativa mentirosa que, mesmo após seu falecimento, ainda tem a memória violada.

1 MARIELLE FRANCO: QUE VOZ É ESSA QUE TENTARAM SILENCIAR?

Seguem tentando te silenciar. Os tiros não calaram você. Ao contrário, sua voz ganhou ainda mais alcance e eles não aceitam. Tentam manchar seu nome inventando mentiras sobre você. Duas horas depois de te ver morta no centro do Rio, notícias falsas sobre você já haviam se espalhado. E elas continuam sendo fabricadas, porque eles tentam sujar a sua memória - e isso eu não vou permitir, Mari (Franco, 2022).

É possível que quem esteja lendo essa dissertação só tenha conhecido Marielle Franco após a sua morte. É possível, ainda, que o primeiro contato com a imagem ou com o nome de Marielle tenha acontecido após ter recebido um vídeo, foto, áudio ou mensagem de texto construída a partir de informações falsas, sem contexto, que foram amplamente difundidas para forjar cenários e caluniar Marielle momentos após o seu assassinato.

Até a conclusão dessa dissertação, não foram encontradas evidências de quem criou de fato peça por peça de cada conteúdo falso produzido sobre Marielle, mas responsáveis pela viralização de publicações e autores de ataques públicos motivados por essas mentiras já foram identificados, como é o caso da desembargadora Marília de Castro Neves Vieira¹ e do então deputado federal Alberto Fraga (DEM – DF)².

Mas quem é Marielle Franco, para além de uma mulher que foi brutalmente assassinada e sofreu uma grave tentativa de ataque à sua memória?

De acordo com o relatório da segunda onda da pesquisa “Percepção Social sobre Direitos Humanos e sobre Mulheres Defensoras de Direitos Humanos” (2024), realizada pelo Instituto Ipsos a pedido da ONU Mulheres, Marielle Franco é o nome mais lembrado (13%) quando se fala em mulheres que são referência na defesa dos direitos humanos no Brasil. A título de comparação, Maria da Penha³, símbolo do enfrentamento à violência contra as mulheres, tem o nome citado de maneira espontânea por 8% das pessoas.

¹ Folha de S. Paulo. Desembargadora diz que Marielle estava engajada com bandidos e é 'cadáver comum'. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2018/03/desembargadora-diz-que-marielle-estava-envolvida-com-bandidos-e-e-cadaver-comum.shtml>>. Acesso em 19 out. 2024.

² G1. Após divulgar fake news sobre Marielle, deputado Alberto Fraga suspende redes sociais. Disponível em: <<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/apos-divulgar-fake-news-sobre-marielle-deputado-alberto-fraga-suspende-redes-sociais.ghtml>>. Acesso em 19 out. 2024.

³ A Lei n. 11.340, sancionada em 7 de agosto de 2006, passou a ser chamada Lei Maria da Penha em homenagem à mulher cujo marido tentou matá-la duas vezes e que desde então se dedica à causa do combate à violência contra as mulheres. Conselho Nacional de Justiça. Sobre a Lei Maria da Penha. Disponível em: <<https://cnj.jus.br/programas-e-acoas/violencia-contra-a-mulher/sobre-a-lei-maria-da-penha>>. Acesso em 29. nov 2024.

Na história em quadrinhos intitulada “Marielle Franco – Raízes”, escrita por Roberta Araújo e ilustrada por Raquel Batista, a família de Marielle narra de forma lúdica os primeiros passos da ativista até o momento de sua formatura em Ciências Sociais, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC –Rio). Nas páginas do material lançado em 2021⁴ pelo Instituto Marielle Franco, como parte do trabalho de preservação da memória da vereadora, a mulher que ganhou as capas de jornais de várias partes do mundo e virou sinônimo de defesa dos direitos humanos, é apresentada em sua versão mais genuína e cheia de afeto, sem atravessamentos e manipulações, exatamente da forma como a família gostaria que ela fosse conhecida pela sociedade brasileira, em especial crianças e adolescentes.

Nas páginas do material estão os primeiros passos da caminhada de Marielle Franco e passagens de sua infância e adolescência. Lançada no dia do aniversário de Marielle, em 27 de julho de 2021, como uma ferramenta criada para inspirar jovens de todo o país a seguirem “movendo estruturas”, a publicação começou a ser sonhada em 2018, quando Anielle se deparou com o desafio de contar a história de sua irmã para crianças e jovens para as quais ministrava aulas de inglês.

Para apoiar a divulgação da história, a Rede de Sementes do Instituto Marielle Franco – um coletivo formado por pessoas negras, mulheres, LGBTQIA+ e periféricas – realizou mais de 10 rodas de leitura da HQ “Marielle Franco – Raízes” para crianças e adolescentes em escolas e centros comunitários, além de terem participado ativamente da distribuição mais de mil exemplares em rodas de leituras, bibliotecas e outras ações semelhantes espalhadas por todas as regiões brasileiras.

⁴ Instituto Marielle Franco. Conheça a História em Quadrinhos “Marielle Franco - Raízes”. Disponível em: <<https://www.institutomariellefranco.org/hq>>. Acesso em 19 out. 2024.

Figura 2 – Roda de leitura da HQ “Marielle Franco - Raízes”



Fonte: Instituto Marielle Franco/Reprodução

1.1 História de vida de Marielle Franco

Filha da paraibana Marinete da Silva e do carioca Antonio Francisco da Silva Neto, Marielle Francisco da Silva nasceu no Conjunto Esperança, comunidade pertencente ao Complexo da Maré, um bloco formado por 16 favelas, que abriga cerca de 140 mil pessoas em uma região localizada na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro. Cinco anos mais velha do que a irmã, Anielle Francisco, Marielle nasceu em 27 de julho de 1979 e se tornou mãe de Luyara Santos aos 19 anos, fruto de seu primeiro casamento com Glauco dos Santos.

Da infância e juventude, Marielle carregou com carinho as constantes viagens a João Pessoa, lugar onde seus pais se casaram e ela se sentia em casa ao visitar as tias Marlene, Aparecida, Lourdes, Nevinha e Glória, filhas da

“forte e guerreira Dona Filomena” (Araújo, 2021, p. 6). A revista em quadrinhos que narra sua trajetória mostra como esse contato com mulheres fortes moldou muito de quem Marielle se tornou. “Minha avó era uma mulher negra, nordestina, militante e que participava ativamente combatendo qualquer tipo de desigualdade” (Araújo, 2021, p. 7).

Figura 3 – Marinete lê a HQ de Marielle com a neta Eloah, filha de Anielle Franco



Fonte: Instituto Marielle Franco/Reprodução

Em “Minha irmã e eu: diário, memórias e conversas sobre Marielle” (Franco, 2022), Anielle resgata algumas de suas lembranças ao lado da irmã, Marielle Franco, e nos dias que sucederam ao seu assassinato. Anielle conta que, desde pequena, Marielle cuidava dela enquanto os pais trabalhavam. Quando adolescente, Marielle foi estagiária do Colégio Luso-Carioca (em Bonsucesso, Zona Norte do Rio) e pagava a mensalidade da escola dela e de sua irmã com o salário que recebia. Era ela quem levava e buscava Anielle na escola, revisava seus deveres de casa e os trabalhos de catequese, chegando até a ir a reuniões do colégio no lugar dos pais.

Era uma menininha cuidando de outra. Mas, para mim, você era a Mulher-Maravilha. Principalmente quando a gente tinha que se proteger de tiroteio na favela. Você me abraçava assim que ouvia os tiros, como se fosse meu escudo. Mas você engravidou, entrando para as estatísticas das muitas meninas faveladas que se tornam mães ainda adolescentes. Seríamos cinco em casa, e nosso trabalho dobraria. Lembro que você teve que abandonar o cursinho pré-vestibular quando a Luyara nasceu, porque ela tinha um pai ausente. Trabalhou em creche para sustentá-la e confrontou o pai que não comparecia com as obrigações (...), Mas você superou as dificuldades e, com ajuda dos nossos pais pra criar a Luyara, passou na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Conseguiu bolsa integral e se formou em Ciências Sociais. Me lembro de você voltando das aulas e contando o que havia aprendido e as diferenças tão gritantes que havia entre a Maré e a Gávea. Você foi a quinta vereadora mais votada do Rio e apresentou leis de quem sabe na pele o que é ser mulher, trabalhadora e mãe com tripla jornada com direito à creche e à cidade negado (Franco, 2022, p. 76).

Cria da primeira turma do curso pré-vestibular desenvolvido pelo Centro de Estudos Ações Solidárias da Maré (Ceasm), Marielle Franco ajudou no sustento da família fazendo “lotação” de passageiros em Kombi, além de ter trabalhado como camelô, assistente de creche, dançarina de funk e em organizações da sociedade civil.

Quando chego à PUC em 2022 – relatou então na Casa das Pretas (seu último compromisso antes de sua morte), a minha perspectiva vinda de um pré-vestibular comunitário era o da mulher favelada. Quem passou pela Maré sabe o lugar do mareense (...) O mandato de uma mulher, da periferia, precisa estar pautado junto aos movimentos sociais e à sociedade civil organizada, [junto] a quem está fazendo [algo] para nos fortalecer naquilo que a gente, objetivamente, não se reconhece, não se encontra, não se vê (Otavio, Araújo, 2020, p. 16).

A Casa das Pretas, fundada em 2017, se insere como um espaço de resistência fundamental dentro da luta social e política das mulheres negras, com o objetivo de criar um ambiente de acolhimento e fortalecimento para

essas mulheres, promovendo seu empoderamento e a resistência contra o racismo estrutural. Este espaço não apenas busca o fortalecimento da identidade e dos direitos das mulheres negras, mas também atua na construção de narrativas que resgatem e dignifiquem as histórias de mulheres historicamente marginalizadas. Assim, a Casa das Pretas se tornou um ponto de articulação importante para questões relacionadas à igualdade racial, justiça social e o combate à discriminação.

Além disso, a Casa das Pretas desempenha um papel na preservação da memória de Marielle Franco. Após seu assassinato, Marielle foi alvo de inúmeras tentativas campanhas desinformativas que visavam apagar seu legado político e minimizar o impacto de sua luta pelos direitos humanos. Nesse cenário de ataque à sua memória, mulheres negras, como aquelas que compõem a Casa das Pretas, se articularam em diversas frentes para combater as narrativas falsas, resgatar a história de Marielle e reafirmar as lutas pelas quais ela se dedicou. Ao fazer isso, a Casa das Pretas se torna uma importante força de resistência na luta contra a distorção da verdade e no fortalecimento da memória e da justiça social.

1.1.1 A formação e ascensão política de marielle franco: uma trajetória de luta e resistência

A forte liderança que Marielle exercia em seu território lhe rendeu um convite para participar da primeira campanha de Marcelo Freixo para deputado estadual (RJ), em 2005. Quando tomou posse, no ano seguinte, Freixo convidou a socióloga para ser sua assessora no Palácio Tiradentes, sede da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj).

Em 2009, já na condição de coordenadora da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Alerj – comissão que seria presidida por Freixo por quase dez anos –, Marielle atuaria intensamente ao lado das populações vulnerabilizadas. Ela adquirira grande experiência como assessora de Freixo nos trabalhos da CPI das Milícias, no ano anterior, fazendo mapeamento das favelas sob o domínio dos paramilitares e ajudando-o a lidar com a dor dos moradores que o procuravam para narrar suas tribulações. Eram várias as punições que os milicianos aplicavam a quem não seguisse

as regras estabelecidas por eles: assaltos, espancamento, tortura, expulsão da favela, pena de morte” (Otavio, Araújo, 2020, p. 36).

A vocação de Marielle para a política e a defesa dos grupos mais vulneráveis foi alimentada enquanto ainda era pequena por sua Tia Sol, como chamava carinhosamente a prima Solange Cavalcante, uma professora paraibana que se engajou desde muito jovem ao enfrentamento das desigualdades sociais, em especial o empoderamento da mulher negra. Foi por influência de Sol que a vereadora leu os livros da escritora mineira Conceição Evaristo e foi a ela que desabafou, dias antes de sua morte, sobre como “a política é sórdida”, pedindo que orasse por ela.

Em conversa com os jornalistas Chico Otavio e Vera Araújo para elaboração do livro "Mataram Marielle" (2020), dona Marinete conta que a liderança de sua filha provavelmente veio de tanto ela frequentar os bancos universitários ainda na barriga da mãe, quando a jovem advogada fez um curso de especialização em uma universidade de Bonsucesso, na Zona Norte do Rio de Janeiro. Nessa passagem, o senhor Antônio Francisco, pai de Marielle, também conta orgulhoso que a filha sempre gostou de ler e foi muito estudiosa.

A passagem de Marielle pelo cursinho pré-vestibular comunitário da Maré foi inicialmente como aluna, depois professora, gestora, sendo responsável até mesmo pela horta comunitária do local. Seus estudos resultaram na conquista de uma bolsa de 100% de desconto na mensalidade no curso de Ciências Sociais da PUC – Rio. Anos mais tarde, na Universidade Federal Fluminense, defendeu no dia 29 de setembro de 2014 a dissertação de mestrado em Administração intitulada “UPP – A redução da favela a três letras: uma análise da Política de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro”. Em seus agradecimentos, escreveu: "AQUI EXISTE AMOR!". Assim, em letras maiúsculas, com ponto de exclamação, demarcando o papel do amor em sua vida pessoal, profissional e acadêmica.

A aproximação de Marielle com a sociedade civil e o intenso trabalho com Marcelo Freixo naturalmente a destacaram como uma figura política de extrema relevância. Em 2016, ela foi eleita vereadora da Câmara Municipal do

Rio de Janeiro, com 46.502 votos, para a Legislatura 2017-2020. No breve período em que ocupou a cadeira na Câmara, protagonizou momentos célebres e presidiu a Comissão de Defesa Mulher da Casa. Nas eleições municipais de 2016 no Rio de Janeiro, a Câmara Municipal foi composta por 51 vereadores, eleitos para a legislatura de 2017 a 2020. O total de votos válidos para a eleição de vereador foi de 2.921.506, com 502.116 votos nulos e 285.035 votos em branco. Marielle Franco, eleita pelo PSOL, obteve 46.502 votos, destacando-se como a 5ª vereadora mais votada na eleição de 2016.

Durante seu mandato como vereadora (2017-2018), Marielle Franco se destacou pela defesa dos direitos das mulheres e das populações periféricas. Como presidente da Comissão de Defesa da Mulher, ela propôs políticas públicas para garantir a proteção das mulheres em situação de vulnerabilidade, incluindo assistência psicológica a vítimas de violência doméstica e a criação de casas de acolhimento. Defensora da interseccionalidade, lutou pelos direitos das mulheres negras e pela implementação de políticas afirmativas.

Marielle Franco desempenhou um papel importante ao questionar e denunciar as ações da polícia nas favelas, especialmente no que diz respeito às Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). Ela expôs as violações dos direitos humanos cometidas durante as operações policiais, que, ao invés de pacificar, muitas vezes geravam mais violência nas comunidades. A postura de Marielle buscava um modelo de segurança pública mais humano e eficaz, que priorizasse a prevenção e a inclusão social, e não a repressão calcada no uso da força e da violência irrestrita, especialmente em áreas mais vulneráveis.

Exatos três meses após sua morte, a equipe que a acompanhava em seu mandato, nomeado como “mandata”, divulgou um relatório⁵ para reunir, em histórias e números, o trabalho conduzido durante o tempo em que Marielle presidiu a Comissão. De acordo com o documento, durante um ano e três meses de mandato, a Comissão da Mulher atuou diretamente com os temas de

⁵ Relatório da Comissão de Defesa da Mulher do Rio 2017-2018. Disponível em https://issuu.com/mariellefranco/docs/relatorio_comissao_da_mulher__1_. Acesso em 28 de nov. de 2024.

direitos sexuais e reprodutivos, violência contra a mulher, direitos sociais, diversidade sexual e de gênero, mulheres negras e resistências.

Durante o período em que ocupou o cargo de vereadora, Marielle Franco subiu à tribuna para defender os direitos das mulheres, das pessoas negras, para denunciar práticas de opressão contra o povo trabalhador, pessoas LGBTQIA+, faveladas e favelados. Junto à Comissão, atendeu diversos casos de violência contra a mulher, visitou cinco maternidades municipais, realizou Audiência Pública sobre mortalidade materna, produziu materiais informativos destinados a mulheres vítimas de violência de sexual e aprovou a Lei que instituiu o Programa de Centro de Parto Normal e Casas de Parto. O trabalho de conscientização da Comissão também ocupou as ruas durante o Carnaval, com a distribuição de 250 mil leques para a campanha “Não é não”, contra assédio nas ruas durante a festa.

Figura 4 – Marielle durante a distribuição dos 250 mil leques da campanha “Não é não”



Fonte: Facebook Marielle Franco/Reprodução

1.1.2 Lembranças da família

Criadas no catolicismo, as irmãs Marielle e Anielle sempre foram muito unidas e tinham o hábito de ir juntas todos os dias 23 de abril à igreja de São Jorge acompanhar a alvorada, às cinco da manhã, quando começavam as homenagens ao Santo Guerreiro.

A Igreja de São Jorge, localizada na Praça da República, região central do Rio de Janeiro, é um importante templo religioso da capital carioca. O local abriga uma celebração anual dedicada ao santo todo dia 23 de abril, onde reúne milhares de fiéis em uma programação que começa na madrugada e percorre o dia saudando São Jorge. Nos arredores da igreja encontram-se representantes de religiões de matriz africana, tornando o festejo um importante encontro de respeito e tolerância, com muita relevância no contexto cultural e religioso da cidade.

Em maio de 2020, Anielle escreveu sobre sua saudade:

Sinto falta de ir à missa com nossos pais e morrer de vergonha de guardar lugar para você e você sempre chegar atrasada. Sinto falta de brigar pelo último pedaço de pudim, de tirar um cochilo no chão, depois do almoço, ouvindo você, a mãe e o pai fofocarem. Sinto falta de ter minha irmã mais velha fazendo carinho no meu cabelo quando sabe que estou cansada. Sinto sua falta (...) Tenho na memória nossa mãe enviando cartas e mais cartas para a gente quando íamos trabalhar em outros estados. Tenho a lembrança de nosso pai escrevendo a fala dele no almoço de domingo, e ele deixava toda a família atenta, ouvindo o que ele dizia; mas me lembro, principalmente, de você, anotando em milhões de agendas tudo que ouvia e aprendia nas reuniões que participava. Nesses anos sem você, manter este diário foi muito importante. Ter uma rotina da escrita e da memória. Depois que te assassinaram, muitos flashes da nossa relação me vêm à cabeça e eu os coloco no papel. Eu os escrevo e reescrevo várias vezes. É como se eu tentasse recriar os momentos que vivemos juntas. E criar os que eu queria que tivéssemos vivido (Anielle Franco, 2022, p. 107, 121 e 122).

Figura 5 – Anielle Franco e Marielle Franco na igreja de São Jorge



Fonte: Acervo da família/Reprodução

Marielle não nasceu Franco, nasceu Francisco. Em março de 2018, Anielle escreveu em seu diário sobre uma ligação do Papa Francisco à Marinete da Silva, mãe de Marielle, quando ele disse, em português, “que sentia muito pela morte de Marielle e que rezava por toda a família”. A ligação ocorreu após Luyara, filha de Marielle, escrever um e-mail para Lucas Schaerer, jornalista argentino da *ONG La Alameda*, dizendo que eles estavam enfrentando muito discurso de ódio e que precisavam de amor. Schaerer se emocionou com a mensagem e a repassou ao Papa.

Quando desligamos o telefone, o pai fez graça, lembrando que você trocou o sobrenome Francisco por Franco porque tinha sofrido bullying na infância; mas que o Papa era Francisco como a gente e ninguém reclamava. Ele sabe que você nunca se envergonhou do nosso nome, porém precisava de um nome político mais sonoro” (Anielle Franco, 2022, p.32).

E foi assim que Marielle Francisco se tornou Marielle Franco.

Honrar suas origens e sua ancestralidade sempre foi um dos maiores ensinamentos de Marielle à filha, Luyara. Quando pequena, Luyara costumava

frequentar eventos políticos e sociais com a mãe. Em falas públicas, costuma deixar nítida a influência de sua mãe na sua formação. Graduada em Educação Física pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), atua desde abril de 2024 como diretora de legado no Instituto Marielle Franco e sempre demonstrou um amor profundo pelo esporte como ferramenta de transformação social. Em entrevista a Leonardo Peixoto, Luyara lembrou de alguns momentos marcantes com a mãe:

Eu nasci praticamente na luta. Quando minha mãe entra pro gabinete do Freixo, em 2006, eu tinha 8 anos e eu acompanhava, ia aprendendo, mas eu só tive noção do quanto ela representava e do quanto ela me influenciou em me identificar como mulher, como mulher negra, foi nas eleições. Foi quando eu vi e disse: “Caralho! Minha mãe é foda!”. Porque na realidade eu nunca gostei da política partidária. Eu sempre gostei mais dos trabalhos de base. Quando eu estudava, eu criei o movimento feminista negro dentro da escola. Eu sempre admirei o trabalho de base. Já minha mãe, leonina, né? Nasceu para aquilo. Eu acho que a nossa relação sempre foi de troca. Eu ensinava muito a ela e ela me ensinava muito. Porque cada uma de nós tínhamos as nossas vivências, as nossas experiências. Eu aconselhava muito ela. E falava: “Mãe, vai por aqui. Olha isso que está acontecendo”. E ela sempre pedia para eu ir passando as coisas para ela. Eu sempre mandava para ela textos, músicas de feministas, coisas da atualidade para ela ficar bem engajada. Era uma relação muito boa e eu percebi a força dela na campanha eleitoral de 2016. Foi quando eu vi a dimensão daquela mulher (Peixoto, 2020).

Ainda em conversa com Leonardo Peixoto, Luyara falou sobre o seu luto “público”:

Na porta da UERJ, quando fez um ano, fizeram um estêncil dela enorme, gigantesco e eu passo por ele todo dia. Quando vou ao banheiro, tem escrito ‘Marielle presente’; Eu faço matérias de Pedagogia e Educação, todo lugar tem. Aí, quando eu entro no trabalho, tem a placa... É muito difícil, mas a gente vai vivendo, né? (Peixoto, 2020).

bell hooks é uma autora estadunidense que acompanha a trajetória da família de Marielle, em especial de Anielle, que a cita por diversas vezes em falas públicas e em publicações. Em “Irmãs do iname: mulheres negras e autorrecuperação”, hooks fala que, em um contexto de uma sociedade supremacista branca, “os sistemas de dominação podem nos explorar melhor quando nos privam de nossa capacidade de experimentar nossa própria agência e quando alteram nossa capacidade de cuidar de nós mesmas e de outras pessoas” (hooks, 2023, p.153). Sobre a vivência do luto, hooks observa que pessoas negras, em especial mulheres, serem “acostumadas” com a dor não significa necessariamente que será possível processá-la de forma a não sermos vencidas ou destruídas pelo luto.

Quando umas com as outras compartilhamos formas de processar a dor e o luto, nós, mulheres negras, desafiamos os velhos mitos que nos fariam reprimir nossos sentidos para parecermos fortes. E isso é importante pois o luto reprimido pode irromper em doenças (hooks, 2023, p.122).

No Natal de 2021, Anielle refletiu sobre a dor alojada no peito de sua mãe, Marinete, e como tentou blindá-la de toda violência que cruzou o caminho da família, além de acumular tentativas de proteger Luyara da ausência da mãe e fazer o pai, Antônio, sobreviver ao próprio silêncio. Tudo isso enquanto busca se manter sã:

É inevitável pensar que o peito da nossa mãe doeu tanto que um câncer se alojou ali. Receber o diagnóstico atravessou minha alma. Ecoou o dia em que Luyara, ao saber da sua morte e vendo nossa mãe quase se afogar sem ar, gritou que não podia perder vocês duas. Descobrimos o câncer num estágio inicial e tivemos acesso a bons tratamentos graças a pessoas que caíram como anjos e resolveram ajudar. Nossa mãe é muito querida. Já foram duas cirurgias, e ela segue se recuperando. É uma rocha, mas precisa de muito cuidado. Os dias não têm sido fáceis, mas sei que nada se compara aos de tantas mulheres pretas, que mal conseguem sobreviver e cuidar dos filhos, quanto mais se cuidar. Minha mãe sempre diz que Deus só dá o fardo que a gente pode carregar. Por mais que eu repita isso incessantemente, numa tentativa de me consolar por tudo que

aconteceu com a gente desde o assassinato, a verdade é que saber que "a gente pode carregar" essa e tantas outras dores não torna nada mais leve. Como disse Audre Lorde: "Cuidar de mim mesma não é autoindulgência, é uma autopreservação e isso é um ato de guerra política" (Franco, 2022, p. 129, 135 e 136).

A análise da fala de Anielle evidencia como o impacto do assassinato de Marielle Franco transcendeu a perda emocional, manifestando-se também como um fardo físico e simbólico. Ao ligar a doença da mãe à dor emocional, Anielle traz uma dimensão psicossomática às experiências de luto e trauma. Esse vínculo reflete a realidade de muitas mulheres negras, que enfrentam camadas de opressão estrutural e limitações no acesso à saúde integral.

A reflexão sobre as palavras da mãe, que enfatizam resiliência, revela tanto uma estratégia de enfrentamento quanto a carga de expectativas colocadas sobre corpos negros femininos historicamente vistos como "fortes". Contudo, Anielle questiona essa lógica, admitindo que carregar o fardo não o torna mais leve, nem menos penoso. Aqui, ela desvela a injustiça de um sistema que repetidamente naturaliza o sofrimento das mulheres negras.

A citação de Audre Lorde é crucial para aprofundar o entendimento da luta política no autocuidado. Para Lorde e Anielle, o autocuidado não é uma indulgência individualista, mas uma ferramenta de resistência em uma sociedade que constantemente desvaloriza vidas negras. Nesse contexto, cuidar de si e dos seus pares é um ato político e necessário para desafiar estruturas que perpetuam violência e práticas de exclusão. A fala de Anielle, portanto, conecta experiências pessoais de dor com um chamado coletivo à transformação social.

Para além do luto e de toda a dor, Anielle e sua família falam de amor e de como esse é o principal combustível para que sigam suas vidas, mesmo diante de um luto duro, público, diário, que não os permite que vivam um dia sequer sem que haja uma lembrança que remeta à Marielle. Em 20 de

dezembro de 2021, Anielle escreveu um texto ao portal Ecoa⁶, do UOL intitulado “Sobre o amor por aquilo que lutamos”:

(...) É dessa forma que penso muitas vezes sobre algumas das relações que construí desde 2018, relações pautadas em valores de solidariedade e afeto profundo, que surgem a partir de um episódio de dor, com a morte da minha irmã, e que durante os anos, e em especial no contexto de isolamento que vivemos na pandemia, se fortaleceram, adaptaram e mudaram profundamente, mas que sempre retomaram seu caminho na busca por acolhimento, por um senso de coletividade que me parece central em todas as minhas relações (Franco, 2021).

Essa fala de Anielle Franco reforça como a dor pela perda de Marielle criou um espaço para relações baseadas em solidariedade e afeto profundo. Apesar de originarem-se de um evento trágico, essas conexões se transformaram em fontes de acolhimento e força coletiva, especialmente durante o isolamento da pandemia. A centralidade do senso de coletividade em suas relações evidencia uma luta não apenas individual, mas comunitária, demonstrando que o luto, mesmo marcado pela dor, pode ser transformado em um ato político e de resistência.

1.2 A tentativa de silenciar a história de Marielle

Em maio de 2020, entrevistei Anielle Franco para entender como as publicações falsas criadas sobre sua irmã, Marielle, haviam chegado até a família e os impactos dessas mentiras em suas vidas. Na ocasião, Anielle contou que teve as suas redes sociais inundadas de pessoas enviando para ela os conteúdos falsos que estavam circulando.

“Eu comecei a ser bombardeada em minhas redes. Recebia via Facebook ou via Instagram, quando não conseguiam falar comigo no Facebook. Costumava receber uma *fake news* por dia ou, às vezes, em um dia da semana, eu recebia umas cinco” (Anielle Franco, 2020 –entrevista à autora).

A fala de Anielle Franco sobre os ataques em suas redes sociais evidencia o impacto do uso das plataformas digitais para a disseminação de desinformação e assédio. O bombardeio constante de mentiras não só desgasta emocionalmente, mas também

⁶ UOL. Sobre o amor por aquilo que lutamos. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/anielle-franco/2021/12/20/sobre-o-amor-por-aquilo-que-lutamos.htm>. Acesso em 24 nov. 2024.

reflete uma tentativa de deslegitimar sua figura pública e o legado de Marielle Franco. Esse relato ilustra como a violência digital é uma extensão de outras formas de violência, especialmente direcionadas a mulheres negras e ativistas, e reforça a necessidade de regulamentação e mecanismos de proteção online.

Para se ter uma primeira noção sobre o volume de conteúdos falsos que surgiram sobre Marielle Franco pouco tempo após a sua morte, uma matéria publicada dia 22 de março de 2018 no jornal O Globo revelou⁷ que, entre os dias 15 e 20 de março do mesmo ano, 40 vídeos publicados no YouTube com informações falsas sobre a vereadora assassinada contabilizaram mais de 13,4 milhões de visualizações. Sobre o perfil das pessoas que direcionavam os posts enganosos à família, Anielle observa dois grupos distintos:

Eram dois perfis de pessoas que me enviavam esses posts. Eu recebia de gente rindo, falando “ah, bem feito, morreu”, “esquerdista abortista” e tal. Mas também recebia de muita gente preocupada, naquele intuito de mandar para que a gente pudesse correr atrás, fazer alguma coisa. Normalmente os xingamentos e ataques vêm de pessoas brancas e de direita” (Anielle Franco, 2020 – entrevista à autora).

De acordo com Anielle, seu primeiro contato direto com as mentiras que estavam circulando ocorreu no dia 16 de março de 2018, com a publicação que dizia que Marielle estaria sentada no colo do traficante Márcio dos Santos Nepomuceno, conhecido como Marcinho VP, chefe da facção criminosa Comando Vermelho.

Essa mentira foi amplamente difundida e desmentida muito rapidamente, por não se tratar de Marielle a mulher da fotografia e nem o Marcinho VP o rapaz retratado. Uma das pessoas a replicar publicamente o conteúdo enganoso foi a desembargadora Marília de Castro Neves Vieira, do Tribunal de Justiça do Rio, acusada judicialmente de calúnia por ter imputado falso crime a

⁷ O Globo. **Irmã de Marielle entra com ação na Justiça para retirar vídeos com fake news sobre vereadora.** Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/irma-de-marielle-entra-com-acao-na-justica-para-retirar-videos-com-fake-news-sobre-vereadora-22515454>>. Acesso em 19 out. 2024.

Marielle Franco em suas publicações. Na ocasião, Marília Vieira republicou⁸ a peça em suas redes sociais

O texto sugere que Marielle Franco teria conexões criminosas e afirma que sua morte foi consequência de suas ações e alianças políticas, desconsiderando evidências e simplificando seu legado como uma figura pública. Esse tipo de declaração reflete a disseminação de desinformação e preconceito, visando deslegitimar a luta de Marielle por direitos humanos e justiça social. Narrativas como essa, carregadas de estigmatização e teorias conspiratórias, reforçam ataques ideológicos contra figuras representativas, prejudicando a memória e o significado de sua trajetória política e ativista.

Em março de 2021, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) absolveu a desembargadora por entender que ela já havia se retratado, portanto não deveria ser punida. Em maio de 2024, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) afastou Marília Vieira de suas funções por 90 dias⁹. Na época da decisão houve divergência em relação ao prazo. O presidente do órgão e do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, pretendia que o afastamento durasse 180 dias e foi firme nas críticas à desembargadora: “Consideraria chocantes vindas de qualquer pessoa”, disse sobre as declarações de Marília Vieira nas redes sociais. “Calúnia, transfobia, capacitismo e desrespeito aos mortos. Noventa dias é quase um ‘prêmio’ para um comportamento espantoso para uma membra do Poder Judiciário”.

Ligado ao Movimento Brasil Livre (MBL), o empresário Carlos Augusto de Moraes Afonso, conhecido como Luciano Ayan, foi apontado como o responsável¹⁰ pela viralização da mentira que ligava Marielle Franco a Marcinho VP, utilizando os posts da desembargadora Marília Vieira como argumento para a publicação de uma reportagem falsa no portal Ceticismo

⁸ Veja. Desembargadora diz que Marielle estava “engajada com bandidos”. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/desembargadora-diz-que-marielle-estava-engajada-com-bandido>. Acesso em 17 dez. 2024.

⁹ Veja. CNJ afasta das funções magistrada que ligou Marielle ao Comando Vermelho. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/pgr-pede-suspensao-de-magistrada-que-ligou-marielle-ao-comando-vermelho>. Acesso em 15 dez. 2024.

¹⁰ UOL. Preso ligado ao MBL viralizou fake news sobre Marielle e Marcinho VP. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/07/10/homem-presos-ligado-ao-mbl-viralizou-fake-news-sobre-marielle-a-marcinho-vp.htm>. Acesso em 15 dez 2024.

Político intitulada "Desembargadora quebra narrativa do PSOL e diz que Marielle se envolvia com bandidos e é 'cadáver comum', conteúdo amplamente compartilhado por Ayan e replicado pelo MBL nas redes sociais.

De acordo com dados do Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura (Labic) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)¹¹, em uma semana o conteúdo do site Ceticismo Político foi compartilhado mais de 360 mil vezes no Facebook e em três dias a informação divulgada pelo site, no *Twitter*, gerou mais de 1 milhão de impressões – número de vezes que a mensagem apareceu na linha do tempo dos usuários da plataforma que hoje chama-se X. Esse foi o boato de maior repercussão envolvendo a vereadora nas redes sociais na época.

Segundo Fábio Goveia, coordenador do Labic:

[...] essa é uma estratégia muito utilizada, pois quem está sendo agredido não consegue se defender em todos os lugares ao mesmo tempo. As pessoas que veem a mesma notícia falsa sendo dita por pessoas diferentes em diversos lugares, no Facebook e em outras redes ao mesmo tempo, começam a acreditar que, de fato, é um elemento verdadeiro. Essa estratégia é o que potencializa e amplifica o que tem sido chamado de *fake news* (Labic, 2018).

A pesquisa realizada pelo relatório produziu um conjunto de dados, conhecido como *dataset*, sobre todas as postagens que associavam Marielle a alguns termos, como 'bandido', 'Marcinho VP', 'comando vermelho' e 'traficante'.

O coordenador detalha:

Descobrimos que existia uma espécie de clonagem de conteúdo feita por páginas completamente diferentes, quase que instantaneamente. No dia 16 de março, o site Ceticismo Político fez a primeira publicação às 22h 23min 47seg e o Movimento Brasil Livre (MBL) replicou a mensagem às 22h 24min 11seg. Como eles fazem essas publicações de maneira fragmentada, coordenada e simultânea, eles conseguem um impacto muito grande (Labic, 2018).

¹¹ UFES. Laboratório da Ufes é referência em análises sobre fake news. Disponível em: <https://ufes.br/conteudo/laborat%C3%B3rio-da-ufes-%C3%A9-refer%C3%A2ncia-em-an%C3%A1lises-sobre-fake-news>. Acesso em 15.dez 2024.

Mesmo com esse primeiro contato dois dias após o assassinato, Anielle soube que os posts começaram a circular na mesma noite do crime:

É uma mistura de raiva com impotência. Raiva porque era alguém muito próximo da gente e impotência porque a gente não tem muito o que fazer. Eu lembro que nos primeiros três, quatro dias, eu tirei as redes sociais da minha mãe, porque quando não mandavam pra mim, mandavam pra ela. E eu e a Luyara meio que assumimos ali pra falar: 'Cara, não, não vamos deixar minha mãe ter acesso a isso e tal'. Então a gente assume as redes dela no início e, mesmo com muita dor, muito pesar, com muita raiva, com muita tristeza, a gente fez isso pra proteger ela também (Anielle Franco, 2020 - entrevista à autora).

A fala de Anielle Franco evidencia a intensidade emocional e os desafios enfrentados pela família de Marielle Franco no período imediatamente posterior ao assassinato da vereadora, em meio à avalanche de desinformação e ataques virtuais. Anielle descreve uma combinação de raiva e impotência, sentimentos que emergem da injustiça da perda e da impossibilidade de controlar o fluxo de informações falsas e agressivas que chegaram a eles pelas redes sociais.

A decisão de assumir o controle das redes sociais da mãe reflete um ato de cuidado e proteção, mostrando como, mesmo em momentos de extrema dor, a família se organizou para minimizar os impactos psicológicos das mentiras. Esse gesto revela a sobrecarga emocional que recaiu sobre Anielle e Luyara, que se viram obrigadas a agir como escudos contra a crueldade virtual direcionada à figura de Marielle e seus entes queridos. Além disso, a fala ilustra o custo humano das campanhas de desinformação, que não apenas mancham reputações, mas também afetam diretamente a saúde mental e emocional de quem é alvo desses ataques.

A atitude descrita por Anielle também demonstra o papel da solidariedade familiar em situações de crise. Enquanto a dor e a raiva são sentimentos inevitáveis diante de tamanha injustiça, a proteção da mãe simboliza um esforço coletivo para preservar a dignidade e o bem-estar emocional dentro de um contexto profundamente hostil. Isso evidencia como a desinformação não afeta apenas a imagem pública da pessoa visada, mas

também impõe sofrimento adicional a seus familiares, reforçando a necessidade de combater as mentiras de maneira firme e sistemática.

1.2.1 As mentiras contadas e a luta da família pela memória de Marielle

A morte de Marielle Franco não encerrou sua trajetória, mas inaugurou uma batalha incessante pela preservação de sua memória e pela verdade em torno de sua história. Após o assassinato, uma avalanche de desinformação, preconceitos e ataques direcionados à vereadora e sua família tomou as redes sociais e os meios de comunicação, intensificando o sofrimento daqueles que já enfrentavam um luto devastador. Essas mentiras, muitas vezes estrategicamente disseminadas, visaram deslegitimar o legado político e humano de Marielle, além de perpetuar estigmas sociais.

Nesse cenário, a família de Marielle assumiu um papel crucial, não apenas em desmentir as falsas narrativas, mas em transformar essa luta em um compromisso com a memória da vereadora e com a promoção dos valores que ela defendia. Esta parte do capítulo explora como as mentiras criadas sobre ela foram instrumentalizadas para atacar a imagem de Marielle e o impacto dessas mentiras na vida pessoal e pública de seus familiares. Além disso, destaca as estratégias de resistência e enfrentamento adotadas por eles, que incluem a busca por justiça, o fortalecimento de sua imagem como símbolo de luta pelos direitos humanos e a construção de um legado que vai além da tragédia.

A análise se apoia tanto em registros públicos como em depoimentos inéditos e íntimos da família (entrevistas), fornecendo uma perspectiva humana e profunda sobre os desafios enfrentados pela família que, apesar da dor, têm se mantido firmes na luta pela verdade e pela preservação da memória de Marielle.

A percepção de Anielle perante as mentiras às quais ela teve acesso foi a de que eram, em sua grande maioria, ataques diretos à Marielle enquanto defensora dos direitos humanos.

As mentiras que mais recebi diziam coisas como 'ah, essa é a famosa defensora de bandido, a esquerdista, a abortista, a que era a favor da legalização do aborto' ou 'a esquerdista que é amiga do Freixo e que é a favor da legalização das drogas'. Também algo como 'ah, a que era da Maré, mas que não estava morando na Maré', esse tipo de coisa, sempre cutucando, falando mal pelo fato de ela se declarar defensora dos direitos humanos (Anielle Franco, 2020 - entrevista à autora).

O relato de Anielle Franco traz à tona a dimensão das agressões simbólicas enfrentadas pela família de Marielle Franco após o assassinato da vereadora. As acusações recebidas refletem não apenas uma tentativa de deslegitimar o legado político de Marielle, mas também a estratégia mais ampla de ataque às agendas progressistas no Brasil. Termos como "defensora de bandido", "esquerdista" e "abortista" não apenas reforçam estereótipos, mas também se enquadram em narrativas construídas para demonizar pautas de direitos humanos, vinculando-as de forma intencional a uma ideia de ilegalidade ou imoralidade.

Esse discurso reflete o ambiente polarizado e a aversão às causas defendidas por Marielle, como a defesa das mulheres, da população negra e periférica, dos direitos das pessoas LGBTQIA+, e a luta contra a violência policial. Tais críticas extrapolam o debate político e assumem um caráter pessoal e difamatório, procurando minar a credibilidade de Marielle tanto em vida quanto após sua morte. Ao questionar sua origem na Maré ou sua postura em relação a temas sensíveis como aborto e legalização das drogas, esses ataques também expressam o preconceito de classe e a intolerância que perpassam a sociedade brasileira.

Anielle, ao relatar essas acusações, denuncia a tentativa de distorcer e apagar a identidade política de Marielle, substituindo-a por uma caricatura

construída para atender aos interesses de quem buscava neutralizar o impacto de sua atuação. Contudo, é exatamente nesse ponto que a memória de Marielle se torna mais potente: ao transformar as críticas em um símbolo de resistência, a família de Marielle não apenas responde às acusações, mas ressignifica a trajetória da vereadora como um marco na luta por justiça e igualdade.

Essa análise reforça o papel central das mentiras e da desinformação como ferramentas de violência política, especialmente contra mulheres negras que ocupam espaços de poder. O relato de Anielle evidencia a importância de registrar e desmascarar essas narrativas, preservando a memória e a verdade sobre Marielle Franco, ao mesmo tempo em que denuncia os desafios enfrentados por quem luta pela justiça, especialmente mulheres negras, em um contexto de desinformação sistemática.

Ao fazer uma análise sobre os impactos da desinformação e do discurso de ódio espalhados sobre Marielle nas redes sociais nos momentos após a sua morte e nos meses seguintes, Anielle apontou o prejuízo emocional e o impacto em sua memória como fatores predominantes:

Para a nossa família, eu diria que é mais uma questão de prejuízo emocional, psicológico, de ter que lidar com isso. Agora, pra memória dela, nossa, ela foi muito atacada; ela é muito atacada ainda. Eu continuo dizendo que eles não desistiram de matar a Mari e não mataram ela só com quatro tiros na cabeça, né, mataram mesmo ali pra, pra acabar com a reputação dela. Na minha concepção, na cabeça das pessoas que fizeram isso é impossível ter uma mulher negra de esquerda que seja de caráter. Eu fico pensando muito no porquê disso tudo, eu não consigo chegar, sabe, numa única frase. Eu acho que não pode ser só ideologia política, tem que ter mais ódio por trás aí. Eu acho que uma pessoa morta com tiros na cabeça as pessoas tinham que, no mínimo, ter empatia com isso, e não inventar *fake news*, por exemplo (Anielle Franco, 2020 - entrevista à autora).

A fala de Anielle Franco reflete um profundo impacto emocional e psicológico, demonstrando como a violência simbólica perpetua o sofrimento e

busca destruir a memória de Marielle Franco. Quando Anielle afirma que "eles não desistiram de matar a Mari" e vinculam a tentativa de assassinato físico à destruição de sua reputação, podemos compreender a persistência dessa violência à luz do pensamento de Achille Mbembe (2016). Para Mbembe, a necropolítica não se limita à capacidade de determinar quem vive e quem morre, mas também inclui a desumanização contínua e o controle das narrativas sobre corpos marginalizados, mesmo após a morte.

A disseminação de desinformação e discursos de ódio sobre Marielle evidencia a tentativa de transformar sua imagem pública em um campo de disputa ideológica e racial. Essa prática está profundamente ligada às estruturas coloniais descritas por Frantz Fanon (2008), que analisa como o racismo opera para desumanizar indivíduos e grupos, construindo narrativas que reforçam a inferioridade e a ilegitimidade dos corpos negros em espaços de poder. Fanon argumenta que essas estratégias de deslegitimação não apenas negam a humanidade dos oprimidos, mas também sustentam as hierarquias coloniais, mesmo em contextos pós-coloniais.

A falta de empatia mencionada por Anielle é uma expressão do racismo estrutural que Mbembe associa ao conceito de morte social. Ao recusar a dignidade de Marielle mesmo após sua morte brutal, as forças que disseminam mentiras reiteram que, para determinados corpos e identidades, a violência nunca cessa. Fanon também ajuda a contextualizar essa dinâmica ao expor como o ódio racial é muitas vezes mascarado como uma reação moral ou ideológica, mas, na verdade, está enraizado em um medo irracional do poder e da resistência negra.

Anielle reflete sobre a impossibilidade de justificar a intensidade do ódio dirigido à memória de Marielle, indo além de uma mera divergência política. Essa análise ecoa Fanon, que identificava o racismo como uma lógica que ultrapassa o campo racional e se enraíza no inconsciente colonial. A negação da possibilidade de uma mulher negra, de esquerda e íntegra é, na visão de Anielle, uma expressão clara dessa lógica racializada que não aceita a presença de corpos negros em posições de protagonismo político e social.

Assim, a luta da família de Marielle pela preservação de sua memória não é apenas uma batalha contra a desinformação, mas também contra uma estrutura que, como Mbembe e Fanon mostram, opera para manter o controle sobre os corpos e narrativas negras. Ao rejeitar a desumanização imposta a Marielle e ao denunciar a perpetuação da violência simbólica, Anielle Franco reafirma o compromisso com a justiça e a resistência contra as opressões históricas que se manifestam de formas novas e brutais no presente.

A fala de Anielle dialoga também com o pensamento da filósofa Marilena Chauí, que, em entrevista à TV Brasil¹², fez uma menção ao conceito de cinismo do filósofo Theodor Adorno ao fazer uma análise do que são *fake news*, do ponto de vista público e político. "É a deliberação de mentir e fazer da mentira a forma de governar, a forma do exercício do poder. "*Fake news* é o cinismo levado ao seu ponto extremo", disse a filósofa.

Em 2021, durante a abertura do Congresso Virtual da Universidade Federal da Bahia¹³, Marilena fez uma análise da conjuntura política olhando para a mentira política como uma crueldade, à medida em que o mentiroso tem a grande vantagem de saber de antemão o que a plateia espera ouvir. "Ele prepara sua história com muito cuidado para consumo público, de modo a torná-la crível, já que a realidade tem o desconcertante hábito de nos defrontar com o inesperado para o qual não estamos preparados". Ainda sobre o cinismo apontado por Adorno, a filósofa reforçou que "o cinismo não é apenas a deliberação de mentir, mas a de tornar irrelevante a distinção entre o verdadeiro e o falso".

Marilena Chauí também destacou que o cinismo, conforme apontado por Adorno, vai além do simples ato de mentir. Ele desestabiliza a própria noção de verdade ao tornar irrelevante a distinção entre o verdadeiro e o falso. Isso é

¹²TV Brasil - YouTube. Dando a Real com Leandro Demori recebe a filósofa Marilena Chauí. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qliBXRg4JAw>. Acesso em 15 dez. 2024.

¹³ Universidade Federal da Bahia. O exercício e a dignidade do pensamento: o lugar da universidade brasileira" - conferência de abertura do Congresso 2021, por Marilena Chauí. Disponível em: https://ufba.br/ufba_em_pauta/o-exercicio-e-dignidade-do-pensamento-o-lugar-da-universidade-brasileira-conferencia#:~:text=Marcando%20o%20in%C3%ADcio%20do%20Congresso.o%20lugar%20da%20universidade%20brasileira%22. Acesso em 26 jan. 2024.

perceptível nas campanhas de desinformação enfrentadas pela família de Marielle, que lidou com uma avalanche de acusações infundadas repetidas incessantemente em redes sociais, criando um ambiente onde as mentiras eram aceitas como plausíveis simplesmente por sua ubiquidade. Para Anielle, essa dinâmica revelou não apenas o impacto emocional e psicológico sobre sua família, mas também uma estratégia política cruel de desumanizar e silenciar figuras que representam desafios às hierarquias sociais e políticas estabelecidas.

Ao conectar a análise de Chauí e Adorno à experiência narrada por Anielle, evidencia-se como a desinformação não é apenas instrumento de manipulação, mas parte de um projeto político de poder que utiliza a mentira como arma para deslegitimar vozes dissidentes. A luta da família de Marielle Franco para preservar sua memória torna-se, nesse sentido, não apenas um ato de resistência, mas uma afirmação do valor da verdade em um contexto marcado pela tentativa deliberada de apagá-la.

Em 2020, Marilena Chauí teve sua imagem falsamente atribuída ao de uma motorista que foi filmada sendo retirada embriagada do carro por agentes de segurança, após se envolver em um acidente de trânsito. Uma legenda que acompanhava o conteúdo falso dizia: “Essa é a Marilena Chauí, classe alta, a nata do PT”. De acordo com apuração do Fato ou Fake¹⁴, seção do portal G1 dedicado à checagem de fatos, o rosto da mulher que aparece no vídeo não é nem sequer similar ao de Marilena.

Os episódios se entrelaçam com a visão de Hannah Arendt sobre fatos e sua ideia de que eles podem ser estraçalhados pela mentira organizada de grupos, classes ou nações, ser negada e distorcida, muitas vezes encoberta cuidadosamente por camadas de falsidade.

¹⁴ Fato ou Fake - G1. É #FAKE que vídeo mostre Marilena Chauí alcoolizada após acidente de trânsito. Disponível em: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2020/03/13/e-fake-que-video-mostre-marilena-chaiu-alcoolizada-apos-acidente-de-transito.ghtml>. Acesso em 14 dez. 2024.

Os fatos necessitam de testemunho para serem lembrados e de testemunhas de confiança para se estabelecerem, para que possam encontrar um abrigo seguro no domínio dos assuntos humanos. Mentiras são frequentemente mais plausíveis, mais clamantes à razão do que a realidade, uma vez que o mentiroso tem a grande vantagem de saber de antemão o que a platéia deseja ou espera ouvir. Ele prepara sua história” (Arendt, 2008, p. 16).

As falsidades sobre Marielle Franco circulam a todo tempo, mas em conversa com Anielle, ela citou que, com o passar dos anos, eventos e efemérides passaram a ser momentos em que memes¹⁵, mentiras e discursos de ódio contra Marielle voltam a circular com mais força, com mensagens repletas de preconceito de classe, conteúdos racistas, LGBTfóbicos e/ou misóginos.

Durante a conversa, Anielle enfatizou que, de forma cruel, esses sujeitos, ao se depararem com novas publicações sobre Marielle, ao notarem que ela tem voltado a ocupar espaço na mídia, voltam à tona com mensagens de ataque:

“O que eu mais ouvia era 'ah, de novo Marielle? Que saco, morreu, enterra, acabou”, (Anielle Franco, 2020 - entrevista à autora)

Anielle comentou, ainda, que analisa o comportamento como sendo uma resposta direta à força que o caso de Marielle ganhou.

“As pessoas não aceitam isso, não gostam. Aí quando começamos a falar muito, cobrar as autoridades, vem muita gente ruim e atacam com várias *fake news*”. (Anielle Franco, 2020 - entrevista à autora)

Sobre ameaças públicas e xingamentos fora do ambiente virtual, Anielle conta que em 2018, poucos meses após a morte de sua irmã, mais

¹⁵No contexto da internet, das redes sociais *memes* são mensagens, quase sempre de tom jocoso ou irônico, que pode ou não ser acompanhada por uma imagem, vídeo ou áudio, que tem como uma das principais características o alto poder de viralização nas redes sociais.

precisamente no dia seguinte à eleição de Jair Messias Bolsonaro como presidente da República, ela estava com sua filha caçula, então com dois anos, no colo, quando foi atacada por dois homens na rua. Segundo Anielle, ao passarem por ela, os homens cuspiram em sua direção dizendo

“Bem feito! Aí, ó, a irmã daquela esquerdista de merda, aquela feminista de bosta” era o tipo de coisa que eu escutei. (Anielle Franco, 2020 - entrevista à autora)

O episódio deixou Anielle preocupada e assustada, principalmente porque ela estava com a filha no colo. Ao chegar em casa, logo tomou um banho e disfarçou o ocorrido para a filha não perceber exatamente o que tinha acontecido.

Eu fiquei bem assustada, fiquei paralisada no início, até depois eu decidi fazer uma postagem e falar. Eu me lembro que quando rolou tinha um ponto de táxi ao lado da minha casa, ao lado do lugar onde aconteceu e ninguém se meteu. E eu fiquei pensando na indignação depois, tipo 'cara, tinha, pelo menos, uns seis, sete carros de taxistas ali e ninguém veio falar, ninguém veio perguntar se eu precisava de ajuda'. Aquilo me deixou meio paralisada, meio desanimada, mas depois eu decidi falar" (Anielle Franco, 2020 - entrevista à autora).

O relato de Anielle Franco expressa uma experiência profundamente marcante e reveladora em diversos aspectos. Do ponto de vista emocional, a fala destaca o impacto do episódio no estado psicológico da protagonista, evidenciado pelo medo e pela sensação de paralisia inicial, seguidos pela necessidade de processar o ocorrido de maneira privada, principalmente em função de sua filha. Esse elemento ressalta a tensão entre a autoproteção emocional e o instinto de proteção materna.

Além disso, o trecho reflete uma dimensão social relevante: a ausência de solidariedade em situações de vulnerabilidade. A presença de vários taxistas, que poderiam ter oferecido ajuda ou intervir, mas optaram por não agir, é um ponto de indignação para Anielle e representa uma crítica ao comportamento de indiferença ou omissão que permeia a sociedade. Esse

silêncio coletivo agrava o sentimento de isolamento e desamparo de quem enfrenta situações públicas de violência ou opressão.

Por outro lado, a decisão de Anielle de quebrar o silêncio e compartilhar sua experiência em uma postagem marca uma virada importante no relato. Essa escolha demonstra a força de transformar um episódio traumático em um ato de resistência e denúncia, com potencial de gerar conscientização coletiva. A fala sublinha, assim, não apenas a vulnerabilidade pessoal diante da violência, mas também a possibilidade de empoderamento e resiliência por meio do discurso público.

O episódio também foi descrito por Anielle em seu livro de memórias:

Hoje, no shopping, andando com Mariah no colo, algumas pessoas me reconheceram e começaram a gritar na minha cara: "Feminista de merda, irmã daquela piranha!". Mariah estava de uniforme. Eu não tinha nenhum broche, nenhuma bandeira, nada. Os uniformizados eram eles, todos com a camisa de um candidato à presidência que se camufla com símbolos patrióticos para executar seu plano de acabar com o Brasil. Foi assustador, irmã. Não respeitaram sequer Mariah, um bebê de 2 anos. Ela ficou assombrada. E eu fiquei com medo de reagir, porque se faziam isso comigo com ela no colo, do que mais seriam capazes? Uma feminista de uma ONG aqui do Rio tinha colocado o seu nome numa placa da avenida Rio Branco: Rua Marielle Franco. Só que no dia do primeiro turno da eleição presidencial, quando um bando de trogloditas foi eleito, aquela gente de alma sebosa quebrou a placa. Covardes! Nessas horas, sua morte é lembrada como um aviso de que os reacionários saíram do armário, armados e dispostos a tudo. Deus nos proteja (Franco, 2022, p. 55 e 56).

O relato de Anielle Franco revela com intensidade o contexto de violência sistêmica enfrentado pela família de Marielle Franco após seu brutal assassinato. Mais do que agressões isoladas, os ataques mencionados configuram uma violência estrutural e multifacetada, que combina elementos físicos, simbólicos e psicológicos. Essa violência é direcionada não apenas à

memória de Marielle, mas também àqueles que ousam preservar seu legado e continuar sua luta.

As ameaças virtuais e os discursos de ódio mencionados por Anielle ilustram uma forma de violência simbólica profundamente enraizada no preconceito de classe, no racismo, na LGBTfobia e na misoginia. Essa violência, conforme Marilena Chauí já analisou, representa uma dimensão cínica do poder, na qual a mentira deliberada é utilizada para governar e desumanizar. A disseminação de mentiras contra Marielle, como a repetição de que ela era “defensora de bandidos” ou a insinuação de que suas pautas em direitos humanos a deslegitimavam, é uma tentativa de destruir não apenas sua imagem, mas também o significado político de sua existência e atuação.

A violência física que Anielle enfrentou nas ruas, como no caso em que foi cuspidada e insultada enquanto segurava sua filha pequena, ultrapassa os limites do discurso e evidencia como o ódio político é incorporado em práticas cotidianas e como, na prática, crimes de ódio são precedidos de discurso de ódio. Esse episódio não é um caso isolado; ele reflete o aprofundamento da polarização e do ambiente de hostilidade que tomou o Brasil, especialmente após as eleições de 2018. Trata-se de uma violência que não apenas desumaniza, mas também reforça estruturas de exclusão e opressão, especialmente contra mulheres negras que ocupam espaços públicos e políticos.

Essa violência física, além de ser um ato de intimidação, é também profundamente simbólica: cuspir em Anielle enquanto a insultavam não é apenas um ato de desprezo pessoal, mas um gesto que visa reafirmar hierarquias raciais, de gênero e de classe. Além disso, a presença de sua filha no momento do ataque evidencia como essa violência transcende a vítima imediata, afetando também seus vínculos familiares e reforçando o impacto emocional e psicológico do ocorrido.

Anielle, no entanto, rompe com esse ciclo de silenciamento ao decidir compartilhar sua experiência, apesar da dor e do trauma. Sua decisão de falar é, em si mesma, um ato político e de resistência contra a violência estrutural

que busca silenciar vozes como a dela. Mais do que relatar os fatos, sua fala denuncia um sistema que permite, testemunha e perpetua esse tipo de violência, enquanto reafirma a importância da memória e da luta por justiça como ferramentas de transformação.

Em última análise, a violência sofrida por Anielle Franco e sua família não pode ser vista como episódios desconexos ou isolados; ela está profundamente entrelaçada com a história de opressão que estrutura a sociedade brasileira. O caso de Marielle Franco, em vida e após sua morte, se tornou um símbolo de resistência e de denúncia das desigualdades, e essa simbologia é precisamente o que motiva os ataques. No entanto, a luta de Anielle e de sua família demonstra que, mesmo diante de um contexto tão hostil, a resistência é possível e necessária. Suas falas reforçam que a violência não pode ser naturalizada, e que a preservação da memória e a luta pela verdade são caminhos essenciais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Durante a nossa conversa, Anielle contou que os ataques e discursos de ódio abastecidos pela desinformação que foram endereçados à vereadora e sua família sofreram uma sensível diminuição após a série “Marielle - O Documentário”, lançada em março de 2020, pela Globoplay.

Eu só senti uma melhora depois do lançamento do documentário da Marielle na Globo. Eles romperam uma bolha e chegaram a alguns lugares importantes. Algumas pessoas que nunca souberam, nunca tiveram interesse e tal, eles conseguem romper essa bolha de chegar até essas pessoas. Com a série, essas pessoas entenderam que ela não era nada daquilo que todo mundo falava e que postavam, por exemplo. Muita gente, depois que assistiu o documentário vinha pedir desculpa por já terem julgado ela e já terem chamado ela de bandida, disso, daquilo... vários outros nomes que, assim, são pesados. São relatos de que, depois de assistirem ao documentário, conhecerem a família, viram que tinham pegado pesado e que Marielle não era nada daquilo. Foram muitas desculpas (Anielle Franco, 2020 - entrevista à autora).

O relato de Anielle Franco destaca o impacto transformador que a série documental *Marielle - O Documentário*, lançada pela Globoplay e exibido na TV Globo em 12 de março de 2020, teve na desconstrução de narrativas falsas sobre Marielle Franco. Essa produção não apenas rompeu as bolhas de desinformação que perpetuavam discursos de ódio, como também conseguiu humanizar e esclarecer a figura de Marielle para públicos que anteriormente tinham uma percepção distorcida dela.

O alcance da série atingiu pessoas que nunca haviam se interessado em conhecer a história real da vereadora, contribuindo para corrigir injustiças promovidas por julgamentos infundados e preconceituosos. O efeito foi tão significativo que, segundo Anielle, muitas dessas pessoas buscaram se retratar, reconhecendo que foram influenciadas por informações falsas e expressando arrependimento por julgamentos equivocados.

Esse episódio demonstra o poder da mídia e do audiovisual, especialmente da TV aberta, como ferramentas de reparação simbólica e social, capazes de contrapor a desinformação com narrativas que resgatam a verdade e dignificam legados como o de Marielle Franco. Ao revelar a pessoa por trás das mentiras e do ódio, a série cumpriu um papel fundamental na luta pela memória e pela justiça, evidenciando o quanto a comunicação ética e responsável pode contribuir para o fortalecimento da democracia e para a preservação de direitos humanos.

A dimensão de Marielle foi analisada diversas vezes por pesquisadores no decorrer dos últimos anos. Um relatório divulgado um mês após a morte da vereadora mostrou como a narrativa mentirosa sobre ela não foi o assunto que mais predominou acerca do seu nome. Em 15 de abril de 2018, o Labic publicou o estudo “Análise das imagens de #mariellepresente: memórias entre a dor e a esperança”¹⁶, no qual analisou cerca de 11 mil imagens que

¹⁶ Labic. Análise das imagens de #mariellepresente: memórias entre a dor e a esperança. Disponível em:

circularam a partir de compartilhamentos da rede social *Twitter* entre os dias 13 e 21 de março sobre Marielle Franco. Segundo o relatório:

Os compartilhamentos nas redes sociais lançaram a um nível de reconhecimento global uma personagem política que, mesmo tendo sido uma das mais votadas na capital carioca, não tinha espaço privilegiado na agenda midiática política local, nacional ou muito menos internacional (Labic, 2018).

Ao final, o estudo do Labic concluiu com uma avaliação de que as imagens contaram uma narrativa de tragédia, dor, luto, mas também de luta e de esperança.

O material destaca:

Em detrimento de uma campanha de criminalização da atividade política da vereadora Marielle Franco, a força das imagens positivas e de defesa de seu legado são indícios de que um ícone nasceu. O estudo das imagens mostra que a luta de Marielle foi vitoriosa na disputa de narrativas que ganham as redes sociais cotidianamente (Labic, 2018).

Sobre a repercussão e as mensagens de solidariedade, carinho, amor e esperança de que dominaram as menções sobre Marielle Franco, Anielle escreveu em seu livro de memórias de uma ligação que a família recebeu quatro dias após o assassinato, com um convite da equipe da cantora norte-americana Katy Perry para uma participação da família em seu show na Praça da Apoteose, Rio de Janeiro:

Hoje foi um daqueles dias que parecem mentira (...) A Praça da Apoteose estava lotada. Eu estava com Luyara e o tempo todo pensava que você também engoliria a dor para nos representar se algo tão violento tivesse acontecido com alguém da nossa família. Quando penso nisso, sigo em frente. Antes mesmo de sua foto ser projetada no palco, ouvíamos as pessoas gritando o seu nome. Elas pediam justiça por você, e tenho certeza de que a voz delas vai levar seu nome pro mundo (Franco, 2022, p. 28).

Figura 6 – Katy Perry faz homenagem a Marielle Franco e recebe no palco a irmã, Anielle, e filha, Luyara, da vereadora no palco de seu show no Rio



Fonte: TV Globo/Reprodução

As inúmeras homenagens, no entanto, causaram uma profusão de sentimentos em Anielle. Ao mesmo tempo em que a família ficava honrada com as mensagens carinhosas e o respeito à memória de Marielle, houve quem tivesse se aproveitado da situação e incomodado em especial Anielle.

Irmã, você ia ficar DE CARA. Seu rosto está estampado nos muros das cidades, em bandeiras, camisetas, adesivos. Na internet, há milhares de ilustrações do seu rosto. E isso tem me incomodado tanto. Tem gente que nunca ouviu falar de você antes disso tudo e hoje vende sua foto, sua imagem, candidaturas e pautas com seu nome. Alguém disse que não sou dona da sua história, que sua vida é pública. É muito maluco viver um luto público. Todo mundo acha que conheceu você, que sabe quem você foi. Você virou um símbolo e enxergo a força disso. No entanto, é difícil aceitar que você não é apenas a minha irmã. Você é uma mártir, como foi Martin Luther King.

Recebi tantos convites para falar sobre você no Brasil e no exterior que nem acredito. Não consegui aceitar muitos, porque eu tenho que continuar trabalhando, dando aula de inglês em cinco escolas. Me sinto só o tempo todo e, muitas vezes, confusa. Quem era você? É estranho dividir você com o mundo. E quem sou eu agora que falo por você? O seu destino também era o meu? Tenho começado a colocar tudo o que eu sinto no papel. Entendendo cada vez mais Conceição Evaristo: "escrevivência pode ser como se o sujeito da escrita estivesse escrevendo a si próprio, sendo ele a realidade ficcional, a própria inventiva de sua escrita, e muitas vezes o é". Se eu entender quem sou eu, vou entender quem você era? (Franco, 2022, p.37).

A passagem aborda a complexidade emocional vivida por Anielle Franco, irmã de Marielle Franco, diante da transformação da memória de sua irmã em um símbolo de luta e resistência. Esse relato evidencia o paradoxo entre o orgulho pelo impacto social da imagem de Marielle e o desconforto causado pela apropriação de sua história por terceiros.

O texto revela um fenômeno sociológico importante: a personificação de causas em figuras públicas. Assim como Martin Luther King, mencionado na fala, Marielle transcendeu a dimensão individual para se tornar um ícone, algo que gera impacto tanto positivo quanto desafiador para os familiares. O trecho também dialoga com a ideia de "**escrevivência**", conceito de Conceição Evaristo, que propõe a escrita como um instrumento de resgate identitário e expressão das experiências vividas. Anielle questiona quem ela é e qual papel desempenha na preservação da memória de Marielle, levantando a questão de como o luto privado é transformado quando exposto ao público.

Por fim, o relato suscita discussões éticas sobre o uso da imagem de figuras públicas, especialmente de vítimas de violência. Ele aponta para o desequilíbrio entre o respeito à memória pessoal e a mercantilização de símbolos políticos. Ao mesmo tempo, reafirma a força dos símbolos na promoção de mudanças sociais, evidenciando o impacto da luta de Marielle mesmo após sua morte.

2 O AMOR COMO PRÁTICA POLÍTICA: COMO A FAMÍLIA RESSIGNIFICOU A LUTA PELA MEMÓRIA DE MARIELLE

Uma política do amor que não está centrada no que é bélico, naquilo que se enfrenta ou se combate, mas no que se constrói “com”. Naquilo feito no sentido da mudança, da transformação, um movimento conduzido por laços de amor e solidariedade. Assim certamente poderia ser definida a forma como a família de Marielle Franco guiou sua luta pela memória e o legado da vereadora: uma prática, que pode se chamar, verdadeiramente coletiva e transformadora.

Cabe observar o sentido de política pela ótica de Hannah Arendt, que enxerga para além de uma compreensão partidária e institucional, e foca no movimento do encontro das pessoas que se reúnem para criar algo juntas, partir de uma pluralidade inerente às diferentes existências e bagagens de cada indivíduo, em busca do bem comum. Sobre o amor enquanto uma prática política, wanderson flor do nascimento e Vinicius Silva escreveram:

Uma política do amor baseia-se em permitir que o amor guie nossas visões de mundo ao disputarmos o bem comum à todas as pessoas que vivem numa comunidade. A política do amor e a ética do amor são categorias que andam lado a lado uma vez que se complementam na medida em que servem de instrumentos para o convívio social, no sentido de se importar com a vida do próximo. Em última análise, a ausência do amor como política desencadeia a falta de esperança generalizada (Silva e Nascimento, 2019).

No livro de memórias de Anielle Franco dedicado à irmã (2022), há uma citação de bell hooks logo na primeira página da publicação: “Quando conhecemos o amor, quando amamos, é possível enxergar o passado com outros olhos; é possível transformar o presente e sonhar o futuro. Esse é o poder do amor. O amor cura”.

Guiados com o amor como norte, a família de Marielle Franco ressignificou a luta por sua memória junto ao Instituto Marielle Franco criando uma série de ações pautadas na prática política do amor. Esse amor enquanto prática, enquanto ação, vai além de qualquer referência somente a um sentimento, mas vai de encontro a atos fortalecidos pelo afeto, reconhecimento, respeito e confiança. Conforme proposto por bell hooks, esta

é uma abordagem que pode ser usada para fortalecer e unir as comunidades negras no enfrentamento às diferentes formas de opressões raciais. bell hooks argumenta, ainda, que o amor, quando entendido como uma prática política, pode promover a coesão comunitária, incentivar o ativismo coletivo e oferecer suporte emocional e organizacional para enfrentar injustiças (2000).

Em seu curto, mas grandioso tempo, bell hooks também nos deixou lições sobre o que é ser uma mulher negra, feminista e ativista em tempos tão incertos e duros como o que vivemos hoje, com desafios que vão desde a luta pela emancipação de mulheres e negros, até os desacordos existentes no interior dos próprios movimentos sociais. Sobre isso, bell hooks fala da solidariedade política, para encontrar um ponto de interseção na experiência de grandes mulheres e homens ativistas. Acredito que em vários momentos do próximo ano irei retornar às lições de bell hooks sobre amor, amizades, ativismo e paixão pela luta que travamos (Franco, 2021).

Em “Amefricanizando o amor”, Laysi da S. Zacarias (2021), pensa o amor criticamente, a partir da categoria de amefricanidade, como forma de mobilizá-lo, fazê-lo ferramenta para uma ação política libertadora. Amefricanizar o amor é, na visão da autora, um gesto de criação, de amor à negritude, que reorienta a experiência negra no mundo a partir da constituição de laços de solidariedade e da criação de realidades possíveis fora dos limites impostos pelas violências raciais.

Primeira-ministra negra da história da Colômbia, Paula Marcela Moreno disse ao El País¹⁷ uma frase que resume bem a atuação de Anielle Franco, Luyara e outras lideranças negras que têm o amor como prática em suas atuações coletivas: “Num mundo que parece estar em colapso, as lideranças negras são as mãos que constroem muros de contenção para que a sociedade não transborde”.

¹⁷ El País. Paula Moreno: “La cultura y la tecnología son claves para la equidad racial”. Disponível em: <https://elpais.com/america/2024-11-28/paula-moreno-la-cultura-y-la-tecnologia-son-claves-para-la-equidad-racial.html>. Acesso em 14 dez.2024.

Presidente da Manos Visibles, uma rede colombiana de lideranças e organizações que atuam com equidade racial e territorial, Paula Moreno destacou, ainda, o poder das narrativas: “Hoje, as vozes afrodescendentes levantam a voz para contar a sua própria história, imaginando futuros transformadores a partir da riqueza da sua cultura, da força da tecnologia e do seu impacto na política” (El País, 2024).

2.1 Sementes de Marielle Franco

A forma com a qual Anielle e sua família decidiu se guiar pelo amor para ressignificar a luta pela memória de Marielle Franco resultou em uma série de sementes que foram plantadas, regadas e ainda estão sendo colhidas. Criado em julho de 2018 pela família de Marielle Franco com a missão de inspirar, conectar e potencializar mulheres negras e pessoas LGBTQIAP+ periféricas a seguirem movendo as estruturas da sociedade por um país mais justo e igualitário, o Instituto Marielle Franco é uma organização sem fins lucrativos que tem quatro pilares principais de atuação: lutar por justiça, defender a memória, multiplicar o legado e regar as sementes de Marielle.

No planejamento estratégico 2022-2026 intitulado “Raízes firmes para tempos de ventania”¹⁸, a equipe do Instituto pontuou:

Por ser uma organização que nasce de uma violência política, temos refletido desde o início sobre a importância de termos o cuidado no centro da nossa estratégia. Trabalhamos com o cuidado nas seguintes dimensões: cuidado de nós mesmas; cuidado umas com as outras; cuidado com o trabalho que colocamos no mundo; cuidado com a organização que estamos plantando. O Instituto Marielle Franco nasceu para cultivar a forma de atuação coletiva que Marielle defendeu em vida. Acreditamos em uma sociedade sustentada pelos pilares do respeito e da solidariedade. Só chegamos até aqui porque estávamos juntas. Até 2030, queremos que mulheres negras, pessoas LGBTQIAP+ e periféricas, que se reconhecem enquanto

¹⁸ Instituto Marielle Franco. Raízes firmes para tempos de ventania. Disponível em <https://www.institutomariellefranco.org/futuro>. Acesso em 1. dez. 2024.

sementes de Marielle, estejam liderando uma rede global, que age coletivamente e compartilha conhecimento, para seguir conquistando avanços na luta por justiça e reparação, multiplicação do legado e defesa da memória (Instituto Marielle Franco).

Na pandemia de Covid-19, o Instituto apoiou mulheres negras lideranças nos seus territórios para fazer chegar até as populações mais vulneráveis o direito ao auxílio emergencial e à segurança alimentar, uma parceria com a ONG Criola, o Perifa Connection e o Movimenta Caxias.

No aniversário de Marielle Franco, a gente reafirma o nosso compromisso com as causas que ela defendia". Começa assim o vídeo que Angela Davis postou no dia do seu aniversário. Do seu aniversário, viada! Tive um encontro com ela, por causa de você, e, nossa, ela tem um cabelão lindo, é tão simpática, sorridente.... "Marielle continua sendo uma inspiração constante, nos ajudando a passar por esse momento crítico com força e coragem. E, neste dia, nós honramos seu legado, sua família e o Instituto Marielle Franco, que está dando continuidade ao seu trabalho. A luta continua!", ela conclui no vídeo. Para você que lia, citava, amava e morria de vontade de conhecer Angela Davis: ela sabe quem é você, conhece as suas lutas, chora por você e pede justiça por você (FRANCO, 2022, p. 93 e 94)

O trabalho de incidência política do Instituto também foi importante para reforçar a importância das pautas que Marielle defendia nas suas funções como vereadora. Em agosto de 2018, a Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro aprovou, em sessão extraordinária, cinco projetos de lei (PLs) apresentados pela vereadora Marielle Franco. Um dos projetos aprovados foi o PL 017/2017, que instituiu o programa Espaço Infantil Noturno de Atendimento à Primeira Infância, na capital do estado. Já o PL 103/2017 incluiu o Dia de Tereza de Benguela e da Mulher Negra no calendário oficial do município. Também foi aprovado o PL 417/2017, que criou a campanha permanente de conscientização e enfrentamento ao assédio e violência sexual na cidade do Rio, o PL 515/2017, que instituiu o Programa de Efetivação de Medidas

Socioeducativas em Meio Aberto no município do Rio, e o PL 555/2017, que criou o Dossiê Mulher Carioca.

Abril de 2019 - Hoje recebemos a notícia de que o Conselho Municipal de Paris aprovou uma moção da prefeita Anne Hidalgo para dar seu nome a uma rua, praça ou passagem pública parisiense. Já tem rua com seu nome em Colônia, na Alemanha. Desenharam murais com seu rosto em Milão, na Itália. Mês passado, fizeram manifestações lembrando você na Suíça, em Portugal, no Canadá, na Espanha, na Inglaterra, nos Estados Unidos e em tudo quanto é cantinho da América Latina. Você chegou a lugares que sempre sonhamos em conhecer (Franco, 2022, p. 83).

Em 2020, ano da primeira eleição municipal após a morte de Marielle, o Instituto Marielle Franco lançou a Plataforma Antirracista nas Eleições (Pane), com um conjunto de ações para mover as estruturas do sistema político, além de sistematizar o legado da vereadora por meio da Agenda Marielle. O resultado foi superpositivo: 762 candidaturas de 300 cidades de todo o país se comprometeram com as sete pautas e sete práticas apresentadas. No total, foram 81 pessoas eleitas, de 54 cidades, naturais de 13 estados de todas as regiões do Brasil, com três candidatas à Prefeitura indo para o segundo turno e 253 suplentes.

Durante meses, a equipe do Instituto Marielle Franco analisou a produção legislativa da mandatária Marielle Franco, sistematizando suas pautas prioritárias de atuação e, mais do que isso: sua forma de atuar. “Assistimos suas falas no plenário, realizamos entrevistas com ex-assessoras da mandata, e estudamos a produção e as justificativas de projetos de lei apresentados durante os meses que Marielle ocupou a Câmara de Vereadores”, diz o documento de lançamento do relatório.

A proposta principal da Agenda Marielle Franco é reforçar que “fazer política” deve ir além da proposição de projetos de lei.

Este esforço é uma maneira, não apenas de fazer valer o que Marielle acreditava, mas também potencializar as inúmeras sementes que estão vindo disputar esse espaço tão hostil e violento que é a política

institucional, em especial, para mulheres negras. Aqui não pretendemos cristalizar uma imagem de perfeição de Marielle, mas sim demonstrar como a sua produção legislativa e o seu fazer político são fruto de um processo histórico de movimentos sociais, coletivos, organizações e ativistas racializados. Esperamos poder produzir e divulgar futuramente versões atualizadas da Agenda Marielle, mas convidamos todas as organizações, movimentos e ativistas a também seguirem elaborando e formulando suas próprias propostas (Instituto Marielle Franco).

Um dos pontos cruciais da Agenda Marielle Franco é um fazer político que resgate e reconheça a memória dos nossos ancestrais, o reconhecimento daquelas pessoas que vieram antes de nós e que, hoje, são referências na construção e implementação de modelos de mudança social na construção de uma nova identidade política comum. Há, ainda, uma referência à proposta de uma cosmovisão indígena pautada em uma nova possibilidade de pensar a vida: o bem viver.

Pautada em um revolucionário pensamento da vida em comunidade, essa filosofia que também foi abraçada por organizações de mulheres negras, entende que “a palavra sem ação é vazia, a ação sem palavra é cega e a palavra e ação fora do espírito da comunidade, são a morte”. A transformação de uma filosofia em prática é um dos desafios daqueles que defendem uma sociedade pautada no bem viver, e esse também é nosso desafio político (Agenda Marielle Franco, p.13).

Ainda no escopo do intuito de multiplicar o legado de Marielle, o Instituto realizou a ação #PlantandoSementes, no qual 70 parlamentares de 45 cidades do país protocolaram 12 projetos de lei que Marielle apresentou como vereadora na cidade do Rio de Janeiro. O movimento de reunir tantas pessoas comprometidas com a Agenda Marielle resultou em um importante mapeamento de violência política contra mulheres negras. Em 2020, das 142 candidatas negras da Agenda Marielle, o Instituto identificou que 98% sofreram pelo menos um dos mais de oito tipos de violências políticas mapeados¹⁹.

¹⁹ Instituto Marielle Franco. Pesquisa A violência política contra mulheres negras. Disponível em <https://www.violenciapolitica.org/2020>. Acesso em 1 dez. 2024.

Para enfrentar a ausência de pessoas negras em posições de liderança e em cargos de poder, o Instituto criou a Escola Marielle, um espaço de encontro, troca e partilha de saberes e experiências para o fortalecimento de meninas e mulheres negras, pessoas LGBTQIA+ e periféricas, que atuem ou queiram atuar em movimentos e coletivos, para contribuir com uma sociedade mais justa e plural. A Escola Marielle²⁰ tem quatro módulos: 1) Mulheres negras radicalizando a democracia; 2) Mecanismos de enfrentamento à violência policial; 3) Contando nossas histórias a partir de pedagogias afroreferenciadas; e 4) Justiça climática para parlamentares e assessoras. No lançamento do primeiro módulo, dedicado à representação política de mulheres negras e a sua contribuição para o processo democrático, 40 jovens negras de todo o país participaram das formações e ao final sete projetos propostos por elas foram selecionados para serem apoiados e fortalecidos.

O Centro de Memória e Ancestralidade Marielle Franco, incorporado às ações do Instituto Marielle Franco, reúne uma série de iniciativas que podem ser replicadas por qualquer pessoa interessada em multiplicar a memória da vereadora e enfrentar toda e qualquer desinformação criada a seu respeito. Em julho de 2022 houve, por exemplo, a inauguração da primeira estátua de Marielle Franco no Centro do Rio de Janeiro. A ação reuniu mais de cinco mil pessoas no Buraco do Lume, onde Marielle fez campanha e prestava contas do seu mandato. O lançamento foi acompanhado de uma aula pública com a professora Thula Pires e a escritora Eliane Alves Cruz sobre a “memória como semente para outros futuros”.

Por meio de um formulário, é possível que uma organização, centro cultural e/ou de memória, espaços de arte e cultura, coletivo, escolas, faculdades e universidades utilizem o acervo de memória criado pela família. Para este fim, o Instituto Marielle Franco disponibilizou:

– Caixa de Memória: com essa caixa de memórias, Luyara e os avós (Dona Marinete e Sr. Antônio), contam juntos, a partir de alguns objetos, as histórias sobre quem foi Marielle Franco, desde sua infância até a vida adulta;

²⁰ Escola Marielle Franco. Disponível em <https://www.escolamarielle.org/>. Acesso em 2 dez. 2024.

- Estátua Marielle Gigante. Escultura de 11 metros de altura, do artista plástico Paulo Nazareth, em homenagem a Marielle Franco;
- Fotobiografia Marielle Franco, um livro com memórias e fotos de Marielle Franco;
- 1ª exposição do Acervo de fotos de Marielle Franco;
- Revista em Quadrinhos. Uma HQ animada, sobre a vida de Marielle, para crianças e jovens.

A Caixa de Memórias, por exemplo, é formada por um terço que sempre acompanhava Marielle Franco por onde quer que ela fosse, além de uma camisa do Flamengo, seu time do coração, o álbum Furacão 2000, com funks que ela tanto amava dançar, esmaltes coloridos para representar o gosto pessoal de Marielle por usar uma unha de cada cor, seu turbante favorito e materiais que foram muito representativos na sua vida política: um leque da campanha “Não é não” e um artigo da campanha por mais mulheres, em especial mulheres negras, na política.

Tem sido emocionante ver crescer o Instituto que fundamos com o seu nome. Sob o guarda-chuva do Instituto Marielle Franco, há um bocado de projetos nascendo. Um deles, a Casa Marielle Franco, se tudo der certo, vai ser um centro cultural, com exposições e programação cultural e política. O Instituto foi criado para colocar em prática nossa energia, dor, saudade e vontade de vencer. Nasceu da dor, mas renasce no amor e no suporte de vários apoiadores e apoiadoras ao redor do mundo. É quase inacreditável que tenhamos conseguido fazer tanta coisa em seu nome. (...) Neste ano, no dia do seu aniversário, 27 de julho, a gente comemora um ano do Instituto. Continuamos querendo inspirar, conectar e potencializar mulheres negras, LGBTQIAP* e periféricas a seguirem movendo as estruturas da sociedade, lutando por um mundo mais igualitário. Com ele, saímos do choro pra luta. Do luto pra luta. Saímos do ventre preto pra alcançar nada menos do que merecemos, o nosso Orí, que na filosofia africana iorubá, significa o nosso destino (Franco, 2022, p. 101-102).

As inúmeras homenagens prestadas à Marielle foram amplamente repercutidas pela mídia e tomaram conta das redes sociais. Exatamente seis meses após o seu assassinato, a família foi informada de que ela seria homenageada pela escola de samba Estação Primeira de Mangueira no carnaval de 2019. Na ocasião, a irmã escreveu:

Hoje a Mangueira anunciou que o samba-enredo da escola no ano que vem vai te homenagear, Mari! O samba vai se chamar "História para ninar gente grande". O refrão diz "Brasil, o seu nome é Dandara!", falando da guerreira que lutou com Zumbi dos Palmares pela liberdade dos escravizados. Eles cantam: Brasil, chegou a vez de ouvir as Marias, Mahins, Marielles e malês Mangueira, tira a poeira dos porões Ô, abre alas! Pros seus heróis de barracões Dos Brasis que se faz um país de Lecis, Jamelões [...] Brasil, meu nego deixa eu te contar A história que a história não conta O avesso do mesmo lugar Na luta é que a gente se encontra". Falando de você e de Luísa Mahin na mesma estrofe, uma das lideranças da Revolta dos Malês! Falando de história e de luta, irmã. - Você virou símbolo! E está em todo lado! Mais tarde, vão fazer mais uma manifestação sobre você aqui no Rio. Vão distribuir mil placas com seu nome para confrontar aquela gente de alma sebosa que quebrou sua placa, querendo ganhar fama em cima do seu nome. Não passarão! (Franco, 2022, p. 57 e 58).

À época, Anielle não tinha dimensão da força do samba-enredo e como ele se tornaria um hino de resistência, sendo entoado repetidamente como sinônimo de luta e esperança em festas e comemorações. A homenagem deu o título de campeã à Mangueira em 2019 e rendeu uma série de publicações que analisam a história do Brasil pela ótica de nossos verdadeiros heróis.

No entanto, embora todo o sucesso do samba-enredo, Anielle e a família não foram convidadas para desfilar na Mangueira. Em 2019, elas desfilaram a convite da Vila Isabel em um carro que simbolizava a crueldade da escravidão, com a família sendo representada a emancipação do povo negro.

Aqui em casa todo mundo fica muito triste ao ver um bando de gente surfando no seu nome sem ter te conhecido, sem pedir nossa autorização ou, ao menos, ter a postura ética de avisar que falarão de

você. Parece que estão tentando, mais uma vez, apagar uma família negra. A mãe sempre diz que saímos da "árvore" dela, que ela fez frutos fortes que não negam as raízes. Nossa família nunca deixou a gente se esquecer de nossas raízes negras. "O amor é uma ação, nunca simplesmente um sentimento", bell hooks escreveu. Meu amor será ação. Não apagarão sua família preta, Mari. Te prometo (Franco, 2022, p. 74).

E não apagaram. Em novembro de 2023, a família de Marielle relatou que recebeu com muita alegria e emoção o lançamento do Selo Postal Marielle Franco, uma homenagem proposta pela deputada federal Benedita da Silva (PT-RJ), e o Instituto Marielle Franco, juntamente com o Ministério da Igualdade Racial e os Correios, para reverenciar o legado inspirador de Marielle.

É quase inacreditável que tenhamos conseguido fazer tanta coisa e seu nome. Foram muitas as portas fechadas para essa família "barraqueira e raivosa", como ouvi dizerem sobre nós, na minha primeira fala pública, um mês depois que você tinha morrido. Até somos bravas. Pelo menos, uma boa parte das mulheres pretas do meu convívio é braba. Bravas, pela raiva de viverem anos e anos de injustiças. Bravas, porque são cheias de atitude para revolucionar a coletividade. (Franco, 2022, p. 101 e 102)

2.2 Uma política pautada no amor

No decorrer dos últimos seis anos, a luta da família de Marielle, em especial a atuação de Anielle, chamou a atenção de diferentes setores, a nível nacional e internacional. Sua dedicação à memória da irmã, a carreira acadêmica e o trabalho como diretora executiva do Instituto Marielle Franco resultaram em um marco na família: no dia 11 de janeiro de 2023, Anielle Franco tomou posse como ministra no Ministério da Igualdade Racial (MIR), empossada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em um dia histórico, que marcou também a posse de Sônia Guajajara, primeira indígena a assumir o posto de ministra (Ministério dos Povos Indígenas).

Figura 7 – Posse de Sonia Guajajara e Anielle Franco como ministras, em janeiro de 2023



Fonte: Ricardo Stuckert/Reprodução

Em seu discurso de posse²¹, Anielle lembrou a política de encarceramento da juventude negra e anunciou as primeiras medidas a serem tomadas pela pasta. O fortalecimento da Lei de Cotas, e ampliação do acesso de jovens negros e pobres ao ensino superior estava entre as prioridades elencadas pela ministra, como também o aumento da visibilidade e presença de servidores negros em cargos de tomada de decisão na administração pública:

A redução da letalidade contra a juventude negra é mais um ponto prioritário, e a retomada do Programa Juventude Negra Viva, em articulação com outros ministérios. Em diálogo constante com outras pastas também será implementado o fortalecimento da política de saúde integral da população negra. Retomaremos programas que propaguem direitos para comunidades quilombolas e ciganas, incidindo para a regularização fundiária, a infraestrutura, a inclusão produtiva e o desenvolvimento local com direitos e cidadania para estes povos (UOL, 2023).

²¹ UOL.. Leia a íntegra do discurso da ministra Anielle Franco. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/01/11/leia-integra-discurso-ministra-anielle-franco.htm>. Acesso em 17 dez. 2024.

Passados 24 meses à frente do MIR, Anielle pôs em prática os planos de seu discurso de posse. Com apoio técnico do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), o irá implementar o Plano Nacional Juventude Negra Viva²², desenvolvido após um atencioso processo de escuta com jovens de todo o país. No momento da divulgação da parceria para a implementação, Anielle destacou que o compromisso com a efetivação de políticas de acesso da juventude negra a uma vida digna é uma das prioridades do governo em garantir o direito integral e inviolável à vida de jovens negros brasileiros. “Esse é mais um instrumento que fortalece nossa missão, a de fazer com que nossa juventude possa viver em um país que respeita, protege e investe em suas vidas”.

Com um investimento estimado em 12 milhões de reais e duração de 40 meses, o acordo firmado pelo MIR com o UNFPA busca reduzir as vulnerabilidades que afetam a juventude negra brasileira e enfrentar a violência letal causada pelo racismo estrutural. O Plano Juventude Negra Viva conta com 11 eixos de atuação e 217 ações pactuadas com 18 ministérios do Governo Federal, abordando questões como redução da violência letal, vulnerabilidades sociais e enfrentamento ao racismo estrutural.

3 DISCURSO DE ÓDIO E DESINFORMAÇÃO: NARRATIVAS MENTIROASAS COMO MEIO DE NATURALIZAÇÃO DO RACISMO

²² UNFPA. UNFPA, ABC e Ministério da Igualdade Racial firmam parceria histórica para implementação do Plano Juventude Negra Viva. Disponível em: <https://brazil.unfpa.org/pt-br/news/unfpa-abc-e-minist%C3%A9rio-da-igualdade-racial-firmam-parceria-hist%C3%B3rica-para-implementa%C3%A7%C3%A3o-do>. Acesso em 15 dez. 2024.

Uma política pautada no amor precisa ocupar cargos de tomada de decisão, os corredores da Esplanada dos Ministérios, em Brasília, além de, claro, a internet. O avanço das tecnologias digitais tem trazido transformações significativas na sociedade, moldando uma nova forma de produzir e difundir informação, além de incorporar desafios que vão além do campo da comunicação e atravessam áreas como segurança pública, saúde e direitos humanos. Aplicações digitais com alto potencial de causar danos têm apresentado efeitos nocivos graves, especialmente para grupos mais vulneráveis, aprofundando desigualdades e reproduzindo práticas e discursos discriminatórios que servem como base para discursos de ódio e, em casos extremos, crimes de ódio.

O ódio *on-line*, com a rapidez e o alcance da sua disseminação, pode incitar graves danos *offline* e quase sempre visa silenciar os outros, como o caso de Marielle Franco deixou explícito nas páginas anteriores.

Odiar forma um amplo espectro com ideologias extremistas em uma extremidade. Os ambientes on-line permitem que os usuários migrem sem problemas ao longo deste espectro, formando uma espécie de canal para a radicalização” (O’Callaghan et al., 2015; Munn, 2019).

A este respeito, a política baseada no ódio violência dos últimos anos não é aleatória ou fora do normal, mas um resultado lógico de indivíduos que passaram anos habitando espaços cheios de ódio onde opiniões racistas, sexistas e antissemitas eram normalizadas (Munn, 2020).

No artigo “As racism is not getting wore, it’s getting filmed”: considerações sobre viralização, comoção pública e branquitude no ambiente digital” (2002), Carrera e Marques fazem uma análise da influência das mídias sociais em cenários opressivos e como o ambiente digital não é um espaço isento de hostilidade. No Brasil, a aplicação de determinadas tecnologias digitais se apresenta como mais uma atualização de sistemas de opressões (Almeida, 2018) capitaneados pelo racismo, em uma força de poder estrutural e estruturante, que ocupa espaços e relações sociais, independente da área que ocupam, seja política, econômica, cultural e digital. É um reforço à ideia de

“inimigo” e de “sujeitos elimináveis”, incorporados à necropolítica apresentada por Mbembe (2016).

O pensamento de Mbembe dialoga com Sueli Carneiro, no que se refere à maneira com a qual a sustentação do ideário racista depende de sua “capacidade de naturalizar a sua concepção sobre o Outro”. Para isso, é fundamental que esse Outro “dominado, vencido, expresse em sua condição concreta aquilo que o ideário racista lhe atribui”, uma estratégia racista de naturalização da inferioridade social dos grupos dominados — negros ou afrodescendentes e povos indígenas (Carneiro, 2023, p. 20).

Em “Origens do totalitarismo”, Hannah Arendt diz que “o súdito ideal do governo totalitário não é o nazista convicto, nem o comunista convicto, mas aquele para quem já não existe a diferença entre o fato e a ficção (isto é, a realidade da experiência) e a diferença entre o verdadeiro e o falso (isto é, critérios do pensamento). O texto escrito há mais de 70 anos é bem simbólico para explicar a produção de desinformação em escala industrial, especialmente em tempos de inteligência artificial, onde ferramentas cada vez mais sofisticadas tornam fácil, rápida e barata a produção de conteúdo enganoso sobre qualquer assunto ou pessoa que seja, a poucos cliques.

Um estudo do Observatório da Indústria da Desinformação e Violência de Gênero nas Plataformas Digitais, desenvolvido pelo NetLab-UFRJ, em parceria com o Ministério das Mulheres, revelou como discursos misóginos estão sendo amplificados e transformados em um negócio lucrativo no *YouTube*. Os mais 76 mil vídeos analisados revelaram que conteúdos que promovem o ódio e o desprezo às mulheres acumulam bilhões de visualizações, enquanto estratégias de monetização tornam a misoginia um produto. Ao participar do lançamento da pesquisa, Anielle Franco reforçou que é impossível falar sobre igualdade e combate à violência sem olhar para a internet, onde esses discursos têm sido cada vez mais normalizados e recorrentes. “Mapear e compreender essas redes é o primeiro passo para ações públicas mais eficazes e para conscientizar a sociedade sobre os impactos da misoginia em nossa luta por um futuro sem feminicídios”, disse a ministra.

3.1 Para além das redes sociais: desinformação racista para naturalizar desumanização e a violência contra de pessoas negras

A propagação de notícias falsas sobre figuras públicas negras, como Marielle Franco, não é um fenômeno recente, mas a amplificação de desinformações nas redes sociais vem intensificando práticas racistas e violentas, especialmente contra mulheres negras. A disseminação de boatos, falácias e manipulações sobre Marielle após sua morte ilustra o uso de desinformação para deslegitimar e desumanizar pessoas negras. Essas narrativas falsas não apenas distorcem os fatos, mas também procuram naturalizar a violência e o racismo estrutural, influenciando tanto a percepção pública quanto a memória coletiva. A luta da família de Marielle para preservar sua memória é, portanto, também uma resistência contra essa tentativa de apagamento e distorção de sua história, que reflete uma luta maior por justiça e pelo direito à verdade.

Em entrevista à revista *Veja*, em 1992, a lalorixá Gildásia dos Santos e Santos, a Mãe Gilda, expressou sua preocupação pela retomada econômica do Brasil ao se juntar a manifestações públicas e populares pela reivindicação do impeachment do então presidente do Brasil, Fernando Collor de Mello. Na foto que acompanhava a matéria, a mãe de santo vestia seus habituais trajes religiosos e apresentava sua contribuição ao país: uma oferenda preparada como forma de pedir aos orixás que atendessem às suas súplicas. Sete anos depois, a foto que estampava a matéria de *Veja* foi retirada de contexto e, disposta na capa da *Folha Universal do Reino de Deus*, a acusava de ser uma “macumbeira charlatã”. Na época, o jornal voltado para o público evangélico tinha uma tiragem de 1.372.000 unidades e distribuiu de forma ampla e gratuita uma reportagem que colocava Mãe Gilda como “macumbeiros charlatões que lesam o bolso e a vida de clientes”.

O jornal rapidamente circulou a informação manipulada, causando pânico, medo e raiva no público-alvo da publicação. Como resposta imediata à mentira espalhada, a lalorixá do Ilê Axé Abassá de Ogum teve o seu terreiro

invadido e foi alvo de ataques de ódio, sofrendo uma série de agressões verbais e morais de fiéis da Assembleia de Deus dentro do seu próprio espaço religioso, em Salvador, Bahia.

Motivados pela indignação causada pela foto, grupos passaram a sistematicamente a agredir verbalmente a mãe de santo. As palavras foram como lança e adoeceram a Mãe Gilda, que fora uma das principais articuladoras políticas por justiça social para a população de terreiro de sua época. Meses depois, o adoecimento ocasionado pela violência enfraqueceu o coração da Ialorixá e Mãe Gilda teve um infarto fulminante. O emblemático dia de sua morte, 21 de janeiro de 2000, resultou em uma homenagem do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva que, sete anos após o episódio, sancionou a Lei nº 11.635, e passou a dedicar a data como o Dia Nacional da Luta contra a Intolerância Religiosa.

Mais de 20 anos se passaram e a violência daquela foto posta em contexto mentiroso ainda respinga na memória de Mãe Gilda. O busto criado em sua homenagem, em Salvador, já foi vandalizado diversas vezes desde então. Um dos casos, datado de julho de 2020, foi praticado por um homem munido do que chama de fé, que quebrou a estátua criada em homenagem à mãe de santo alegando que ela “não era de Deus”.

O estrago feito por uma única publicação teve consequências físicas, financeiras, psíquicas e memoriais para Mãe Gilda e seus familiares. Trago a história de Mãe Gilda para este trabalho para dar uma dimensão de como o ódio ocasionado pela disseminação de conteúdos falsos pode acarretar violência *on* e *offline*, justamente porque não há dissociação de nossa existência “dentro e “fora” da internet, visto que vivemos uma experiência híbrida, nomeada como “onlife”, pelo pesquisador italiano Luciano Floridi.

Criar mentiras e falsas acusações sobre pessoas negras não é e nem nunca foi uma novidade, tampouco surgiu com as plataformas e redes sociais. No entanto, o ambiente virtual acentuou processos acusatórios e difamatórios que têm como objetivo normalizar práticas racistas, aumentando a visibilidade e o alcance de conteúdos odiosos.

A narrativa mentirosa criada sobre Marielle Franco ainda percorre as redes sociais, como observado pela agência de checagem Lupa²³ nos dias 30 e 31 de outubro de 2024, durante a transmissão ao vivo do julgamento dos ex-policiais militares Ronnie Lessa e Élcio Queiroz, assassinos confessos da vereadora e do motorista Anderson Gomes, momento que, segundo a publicação, os comentários proferidos no canal “abriram mais uma vez as portas do horror desinformativo e dos discursos de ódio que atacam não apenas a memória da vereadora, mas destilam misoginia”.

Marielle, como uma ativista feminista negra e defensora dos direitos humanos, tornou-se alvo de discursos de ódio que, por vezes, a acusavam de ser responsável pela própria morte. Um dos argumentos utilizados foi o de que “foi morta pelos bandidos que defendia” e, portanto, teria “provado do próprio veneno”. Essas falácias, que circulam livremente, não apenas desconsideram o contexto de sua luta por justiça social e direitos humanos, mas também contribuem para uma narrativa que busca responsabilizar a vítima pela violência a que foi submetida.

A construção dessa narrativa mentirosa sobre Marielle não se dá apenas no âmbito da desinformação, mas também no campo da violência simbólica. A deslegitimação de uma figura como Marielle, em sua essência, busca desumanizá-la e reduzir a sua luta a estereótipos simplistas e preconceituosos. Sua morte, ao ser tratada como uma consequência inevitável de suas escolhas e ações, desconsidera o fato de que ela estava, na verdade, desafiando estruturas de poder profundamente arraigadas, como o racismo, a desigualdade social e a violência estatal.

Essas distorções, amplificadas nas redes sociais, têm um efeito devastador, não só na memória de Marielle, mas também no processo de construção de um discurso público que pretende minar a legitimidade de todas as pessoas que se opõem ao status quo. Elas são uma forma de violência

²³Lupa, Ódio, fakes e misoginia inundam canais que transmitem julgamento do caso Marielle. Disponível em <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2024/10/31/odio-fakes-e-misoginia-inundam-canais-que-transmitem-julgamento-do-caso-marielle>. Acesso em 26 jan. 2024.

simbólica que tenta reverter o que ela representava para a sociedade, desacreditando suas bandeiras e seu legado.

Portanto, ao analisar essas narrativas falsas, é essencial situá-las no contexto maior das dinâmicas de poder e opressão que permeiam a sociedade. O papel das redes sociais, ao difundir essas mensagens, deve ser criticado, pois elas não apenas distorcem os fatos, mas também sustentam a ideia de que certas vidas não têm valor ou dignidade, especialmente as vidas de mulheres negras que se posicionam contra o racismo e as injustiças sociais.

Essa análise, portanto, é não apenas uma crítica às mentiras propagadas, mas também uma reflexão sobre os mecanismos através dos quais se tenta apagar a memória de figuras políticas como Marielle Franco, que continuam a inspirar gerações na luta pela igualdade, justiça e direitos humanos.

A desumanização que ocorreu com Marielle Franco não é nova e não estacionou em 2018. Em junho do mesmo ano, Marcos Vinícius da Silva, de 14 anos, foi morto usando seu uniforme escolar durante uma operação da Polícia Civil no Complexo da Maré, no Rio de Janeiro. Em abril de 2019, o músico Evaldo Rosa dos Santos teve o carro fuzilado durante uma operação do Exército, em Guadalupe, no Rio de Janeiro. Dos 257 tiros de fuzil e pistola disparados contra o carro da família de Evaldo, nove atingiram o músico. Em maio de 2020, o menino João Pedro, de 14 anos, foi morto dentro de casa durante uma operação policial no Complexo do Salgueiro, em São Gonçalo, no Rio de Janeiro.

Todas essas pessoas são negras e, além da morte física, sofreram a tentativa de uma segunda morte, simbólica e memorial, sendo vítimas de conteúdos falsos com a sua imagem ou nomes. A estratégia foi semelhante em todos os casos: fotos enganosas, tiradas de contexto, com pessoas parecidas ou totalmente manipuladas, foram disseminadas com textos de apoio que criminalizavam as vítimas como forma de justificar a violência e diminuir a comoção por suas mortes. Mães e pais, viúvas, filhos e pessoas próximas às vítimas mal puderam processar o luto, pois precisaram lutar pela memória do

parente perdido. Mas, cabe lembrar, notícias falsas se espalham 70% mais rápido que as verdadeiras e alcançam muito mais gente²⁴.

De acordo com relatório divulgado pela Safernet²⁵, as denúncias de crimes envolvendo discurso de ódio na internet triplicaram nos últimos seis anos no Brasil, com atenção a um especial aumento nas agressões envolvendo intolerância religiosa, racismo e xenofobia. O levantamento mostra, ainda, que as agressões motivadas por ódio, preconceito e intolerância dispararam em ano eleitoral, se transformando “em uma poderosa plataforma política para atrair a atenção da audiência e dar visibilidade e notoriedade aos emissores”.

Discurso de ódio e desinformação caminham lado a lado e se retroalimentam. A desinformação usa narrativas que confundem e ajudam a reforçar crenças e preconceitos, sendo que muitas delas são construídas a partir de discursos odiosos que tentam justificar a morte e a brutalidade do assassinato de pessoas pobres e negras, na maioria das vezes criminalizando a vítima.

Esse tipo de conteúdo viraliza por meio de um chamado contágio moral, onda que tem capacidade de atrair o envolvimento e espalhar conteúdo moralizado na internet (Brady, Crocket e Van Bavel, 2020) justamente porque essa disseminação é facilitada pelo fato de o conteúdo moral e emocional ser mais propenso a capturar a atenção do usuário. A mensagem viraliza quando o receptor se sente motivado, e a indignação, o medo e o entusiasmo (em menor escala) motivam o indivíduo a espalhar o conteúdo recebido.

A criação e a viralização de boatos envolvendo pessoas negras ganham impulso por reforçar outras tantas mentiras que durante séculos foram construídas sobre a população negra para normalizar práticas racistas. Pesquisadora da Universidade da Pensilvânia, Kimberly Grambo explica que:

²⁴ MIT. Study: On Twitter, false news travels faster than true stories. Disponível em: <https://news.mit.edu/2018/study-twitter-false-news-travels-faster-true-stories-0308>. Acesso em 15 dez.2024.

²⁵ Safernet. Crimes de ódio têm crescimento de até 650% no primeiro semestre de 2022. Disponível em: <https://new.safernet.org.br/content/crimes-de-odio-tem-crescimento-de-ate-650-no-primeiro-semestre-2022>. Acesso em: 28 mar. 2024.

[...] *fake news* que retratam de forma falsa e negativa um determinado grupo étnico, racial ou religioso têm o poder de imputar um 'terrível criminalidade'. Implicam uma indignidade de cidadania ou até desumanizam os membros individuais desses grupos. A história está repleta de exemplos violentos que demonstram por que razão a sociedade deve procurar evitar estes efeitos" (Grambo, 2019).

De acordo com dados do Global Digital Report 2024, o Brasil é o segundo país em que os usuários passam mais tempo online, atrás somente da África do Sul. As cerca de nove horas que o brasileiro dedica ao ambiente online são atravessados por uma série de riscos aos quais os usuários ficam expostos em plataformas digitais como Instagram, TikTok, Kwai, Facebook e WhatsApp.

A alta exposição à uma oferta variada de conteúdos, aliado a um baixo letramento midiático, propiciam um ambiente fértil para desinformação e discursos de ódio. Neste contexto, alguns grupos ficam ainda mais vulneráveis, como idosos, pessoas de baixa renda, crianças e adolescentes, além de população negra e LGBTQIAP+.

Foi neste cenário que toda desinformação sobre Marielle Franco apresentada neste estudo nasceu e ganhou força. Criar e fomentar estratégias de ciber-resiliência para proteger grupos mais vulneráveis de desinformação e discursos de ódio nas redes sociais vai desde fomentar mais políticas públicas de educação midiática para além do ciclo escolar, ocupando espaços sociais onde a população trabalha e faz atividades de lazer, como também incorporar políticas de segurança e privacidade mais efetivas nas redes sociais.

Rose Marie Santini observa que as plataformas digitais amplificam a desinformação e fortalecem práticas discriminatórias devido à sua arquitetura e algoritmos que priorizam o engajamento em forma de curtidas, compartilhamentos e comentários. Santini reforça, ainda, como o lucro com conteúdo extremista ameaça diretamente a democracia e como o uso de bots sociais interfere no debate público (Salles, Santini, 2024). No caso dos ataques à memória de Marielle Franco ficou evidente como esse modelo de negócio

ajudou a aumentar o alcance dos conteúdos mentirosos criados a respeito da vereadora.

Para o teórico Manuel Castells, o Brasil está vivendo um novo tipo de ditadura, do tipo Orwelliana, que ao invés de ter como meio o exército, ocupa as mentes. Uma ditadura que só funciona com um povo cada vez “menos educado e mais submetido à manipulação ideológica”. De passagem pelo Brasil em 2019 para uma palestra intitulada "Comunicação, Política e Democracia", promovida Fundação Getúlio Vargas, Castells disse em entrevista ao jornal O Globo²⁶ que, se os cidadãos brasileiros desejam estabelecer a verdade, precisam retomar o protagonismo nas redes e caracteriza o tempo em que vivemos como “era da informação desinformada”, que tem como pilares a disseminação de notícias falsas e sucessivos ataques à educação.

Foram desenvolvidas técnicas muito poderosas de desinformação e manipulação, que incluem a utilização massiva de robôs manipulados por organizações como o Movimento Brasil Livre (MBL) e financiadas pela extrema direita internacional, que estão preenchendo as redes sociais e manipulando-as muito inteligentemente, de forma que a construção coletiva do que ocorre na sociedade está totalmente dominada por movimentos totalitários, que querem ir pouco a pouco anulando a democracia. Por isso, é preciso atacar a educação, atacar os professores, as universidades, as humanidades e as ciências sociais, que são áreas que nos permitem pensar. Tudo o que significa pensar é perigoso. Por isso, digo que é uma ditadura, ainda que de novo tipo. É uma ditadura da era da informação. (Castells, 2019).

A sociedade moderna criou-se baseada em uma divisão particularmente violenta para populações marginalizadas e segregadas, segundo Goffman, por estigmas – atributos profundamente depreciativos que levam ao descrédito em quase toda a sociedade (1988, p. 13) e atribuem uma desumanização àquela pessoa.

²⁶ O Globo. “Vocês estão vivendo um novo tipo de ditadura”, diz sociólogo Manuel Castells. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/voces-estao-vivendo-um-novo-tipo-de-ditadura-diz-sociologo-manuel-castells-23812733>. Acesso em 10 dez. 2024.

Raphael Santos Lapa aborda em “Sociedades do Ódio Ético” que a naturalização ética com a qual o ódio e a violência a determinada classe de pessoas se instaurou pode ser visualizada em qualquer análise de diversos comentários, seja nos espaços virtuais ou mesmo em rodas de conversa.

Violência e ódio vistos e elogiados não são somente como necessários, mas também como legítimos e eticamente corretos. Não à toa, toda barbárie é sempre cometida por alguém que acredita ter um forte senso moral interno (Lapa, 2018, p. 9).

O pesquisador continua:

“(...) não se trata somente da negação de direitos ao Outro, mas também da impossibilidade de visualizar o Outro como detentor de qualquer direito. O Outro deixa de compartilhar a mesma essência. Por possuir qualidades que não pertencem a um mesmo grupo, este sujeito não faz mais parte sequer do mesmo estado de coisas. Nega-se e legitima-se esta negação de direitos por uma categorização do Outro. (Lapa, 2018, p. 15)

São conteúdos perigosos, ancorados em plataformas ainda mais perigosas. No livro “Algoritmos de Opressão: como mecanismos de busca reforçam o racismo”, Safiya U. Noble apresenta os resultados de uma robusta pesquisa sobre algoritmos e representação de diferentes grupos sociais, em especial mulheres e garotas negras, na plataforma de buscas Google. Um exemplo detalhado no livro é o resultado da busca por “garotas negras”, que resulta em uma hiperssexualização de jovens negras, fruto de padrões de busca por conteúdo sexual e pornográfico, desrespeitando as mulheres negras como construtoras de narrativas e conteúdos próprios, colocando-as a partir da perspectiva da experiência de homens brancos e endinheirados.

De acordo com Luiz Valério Trindade (2022), as redes sociais representam a arena contemporânea para a construção, disseminação e reforço de valores distorcidos, como uma espécie de “pelourinho moderno”. Estudo feito pelo autor descobriu que 81% das vítimas de racismo no Facebook no Brasil são mulheres negras de classe média, com ensino superior completo, e na faixa etária de 20 a 35 anos. Trindade reforça, ainda, que o crescente

número de casos relatados de racismo no Facebook no Brasil pode causar impacto não somente na vítima do conteúdo depreciativo, mas também em seus familiares diretos, assim como na comunidade negra.

Sobre o impacto na comunidade negra, é importante ter no horizonte o pensamento de Abdias do Nascimento:

Precisamos e devemos codificar nossa experiência por nós mesmos, sistematizá-la, interpretá-la e tirar desse ato todas as lições teóricas e práticas conforme a perspectiva exclusiva dos interesses da população negra e de sua respectiva visão de futuro. Esta se apresenta como a tarefa da atual geração afrobrasileira: edificar a ciência histórico-humanista do quilombismo. (Nascimento, 2009, p. 5).

A desinformação racista, especialmente quando amplificada nas redes sociais, não apenas deslegitima figuras públicas negras, mas também contribui para a naturalização da violência contra essas pessoas. Ao distorcer fatos, criar narrativas falsas e incitar ódio, a desinformação reforça estereótipos prejudiciais que desumanizam e marginalizam a população negra. Essa prática não é um fenômeno isolado, mas parte de uma estrutura mais ampla de racismo estrutural, onde a mentira e o preconceito se entrelaçam para justificar a violência e as desigualdades. Ao se propagar, essa desinformação contribui para a manutenção do *status quo*, onde a violência contra negros e negras é minimizada ou, pior, legitimada. Portanto, é fundamental que, além do combate à desinformação, haja uma reflexão coletiva sobre como essas narrativas são construídas, distribuídas e consumidas, a fim de promover uma sociedade mais justa e livre de discriminação racial.

3.2 O direito à memória digna, um direito humano

O direito à memória digna é um direito humano fundamental, especialmente no contexto de figuras como Marielle Franco e outras vítimas negras de desinformação nas redes sociais. A tentativa de aniquilar essa memória, seja por meio de assassinatos físicos ou simbólicos, exige uma análise profunda sobre as razões que motivam tais ações. Em muitas das

mensagens direcionadas a Marielle e outras pessoas negras, observa-se o uso de termos que as desumanizam, retratando-as como animais, como "burras" ou "antas".

De acordo com o filósofo David Livingstone Smith (2020), ao desumanizar outras pessoas, não se trata apenas de uma metáfora, mas de uma visão literal de indivíduos como seres de outra espécie, tentando se passar por humanos. Essa desumanização seria uma resposta psicológica às forças políticas, algo profundamente enraizado em nossa tendência para o pensamento hierárquico, que facilita a desconexão de nossas inibições e abre caminho para consequências devastadoras. Dado o seu impacto, combater esse fenômeno exige mais do que persuasão; é necessário um esforço profundo e contínuo para dismantelar as estruturas que alimentam a desumanização.

A desumanização se torna um combustível perigoso para a violação de memórias e direitos fundamentais. O conceito de violência simbólica, como exposto pelo professor João Costa Vargas (2010), revela como até mesmo ações que não configuram genocídio podem fazer parte de um processo maior de apagamento cultural e histórico. A violência simbólica está entrelaçada com o genocídio, pois a marginalização cotidiana, a discriminação racial e a violência estrutural fazem parte de uma cadeia de eventos que culmina na morte física e simbólica daqueles considerados menos do que humanos. Essa visão amplia nossa compreensão de como políticas aparentemente neutras podem ser moldadas pela supremacia branca e como o genocídio se conecta a fenômenos globais e locais, aos quais devemos prestar atenção para desconstruir.

Em resposta a essa desumanização e apagamento, as ciberativistas negras se tornam agentes fundamentais na luta pela memória e resistência no ciberespaço. O trabalho delas, como observou Jéssica Mara Raul (2019), transforma as redes sociais em espaços de resistência e educação racializada, onde práticas antirracistas podem ser realizadas e a memória negra pode ser produzida e preservada. Esses espaços não apenas combatem a

desumanização, mas também oferecem um caminho para reconstruir e proteger as memórias negras, criando uma contraposição poderosa à violência simbólica e à supremacia branca que perpassa a história e o presente. O direito à memória digna, portanto, deve ser visto como um direito coletivo, que vai além do indivíduo, sendo crucial para a construção de uma sociedade mais igualitária e para o reconhecimento da humanidade das pessoas negras.

A reflexão sobre o direito à memória digna, especialmente em relação a figuras como Marielle Franco e outras vítimas negras de desinformação, revela a complexidade das tentativas de apagamento das memórias negras. A violência não se limita à morte física, mas se estende ao processo de desumanização e à destruição simbólica das memórias, em que as vítimas são reduzidas a estereótipos e tratadas como seres subumanos. Como exposto por David Livingstone Smith, a desumanização vai além da metáfora, sendo um mecanismo psicológico que facilita ações violentas, com consequências devastadoras. Essa lógica destrutiva é sustentada pela supremacia branca e pelas estruturas sociais hierárquicas, que alimentam práticas de violência simbólica e genocida.

O conceito de violência simbólica, aprofundado por João Costa Vargas, permite perceber como as discriminações diárias e a marginalização estrutural alimentam um ciclo de violência que culmina na negação da humanidade de indivíduos e coletivos, em uma continuidade que vai da exclusão social à violência física. As políticas públicas, muitas vezes vistas como neutras, refletem essas estruturas hegemônicas e precisam ser analisadas sob a ótica do genocídio contínuo que se manifesta de diversas formas.

Entretanto, é importante destacar a resistência crescente, especialmente nas redes sociais, onde as ciberativistas negras, como Jéssica Mara Raul aponta, desempenham um papel crucial na luta contra a desumanização. O ciberespaço se transforma em uma arena de resistência antirracista e de produção e preservação das memórias negras, servindo como um canal de educação e mobilização. Esses espaços coletivos têm se mostrado essenciais para enfrentar a violência simbólica e reverter o apagamento da memória

negra, criando uma contraposição significativa ao discurso de supremacia e violação de direitos.

Portanto, o direito à memória digna emerge como um direito coletivo e humano, que ultrapassa o indivíduo e se configura como um pilar para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A preservação da memória, em especial das vítimas da violência racial, é um passo fundamental para o reconhecimento da humanidade dessas pessoas e para o enfrentamento das injustiças históricas que ainda permeiam a realidade atual.

CONCLUSÃO

Esta dissertação buscou analisar os impactos da desinformação na preservação da memória de Marielle Franco, uma figura emblemática na luta pelos direitos humanos no Brasil, e as estratégias adotadas por sua família para enfrentar a desinformação disseminada após seu assassinato. Ao longo desta pesquisa, foi possível observar que, em um contexto sociopolítico marcado pela ascensão da extrema direita no Brasil, as mentiras sobre Marielle não apenas distorceram sua trajetória política, mas também atacaram sua memória, tentando deslegitimar sua luta por justiça social e igualdade.

As peças desinformativas, popularmente conhecidas como *fake news*, amplificadas por redes sociais e grupos alinhados à extrema direita, foram utilizadas como uma ferramenta de violência política, com o objetivo de desumanizar Marielle e silenciar sua figura. Esses conteúdos falsos não apenas afetaram sua imagem pública, mas também impuseram uma carga emocional e memorial significativa à sua família, que, além de lidar com a dor da perda, teve que confrontar um ataque constante à memória de Marielle. A família de Marielle, na figura da irmã Anielle Franco, da filha, Luyara Franco, da mãe, Marinete Silva, e de seu pai, Antônio Francisco, demonstrou uma força coletiva admirável, ao utilizar o amor como bússola para uma prática política ancorada no coletivo, capaz de ressignificar o luto e transformar a dor em luta.

Através de uma análise qualitativa dos impactos das mentiras sobre a memória de Marielle, ficou evidente como as narrativas falsas podem afetar profundamente o direito à memória digna, que é, como demonstrado neste estudo, um direito humano essencial. As mentiras que circularam sobre Marielle não são isoladas, mas fazem parte de um padrão mais amplo de desinformação e violência simbólica contra figuras públicas progressistas, especialmente mulheres negras e militantes de direitos humanos. Nesse sentido, a preservação da memória de Marielle não se deu apenas por meio de sua família, mas também através da mobilização de outros grupos e movimentos sociais que, inspirados pela luta dela, seguiram seu exemplo e defenderam a memória de Marielle como um legado de resistência.

O diálogo e a participação da família de Marielle Franco no processo de preservação de sua memória são fundamentais para compreender o impacto da desinformação, além de fornecer uma perspectiva autêntica sobre os contextos e informações que muitas vezes são negligenciados ou distorcidos. A atuação da família na luta por justiça e por preservar a memória de Marielle vai além de uma resposta a um ato de violência física contra a sua vida. É também uma forma de resistência contra a violência simbólica, que não apenas busca deslegitimar sua história, mas também apagá-la de maneira estratégica.

Marinete, com sua força imensurável, trouxe à tona a dor e a luta diária de uma mãe que, apesar da perda irreparável, continua a exigir justiça pela sua filha. Anielle Franco, irmã de Marielle, se tornou uma voz ativa na militância pela memória e pela luta por justiça, sendo peça-chave no entendimento da trajetória política de Marielle, especialmente no que diz respeito ao seu papel como mulher negra, feminista e defensora dos direitos humanos em um país marcado pela desigualdade estrutural. Luyara Franco, filha de Marielle, com sua sabedoria e sensibilidade, compartilhou a vivência pessoal e familiar, iluminando a importância de Marielle na construção de uma narrativa política e social que transcende o trágico evento de sua morte. Antonio Francisco, pai de Marielle, também contribuiu com informações preciosas, destacando o impacto profundo e duradouro da perda de sua filha e como ele e sua família se têm dedicado a manter viva sua memória.

Sem a colaboração dos membros da família, muitas das informações e contextos essenciais para entender o legado de Marielle e os desafios enfrentados por ela em sua luta social e política nunca teriam sido revelados de forma tão completa. Por meio de falas públicas, entrevistas e iniciativas, a família tem sido porta-voz não só do luto, mas também da resiliência diante das inúmeras tentativas de reescrever a história de Marielle e distorcer o legado de sua luta.

A luta pela memória de Marielle é uma jornada incessante, e a desinformação criada sobre ela se tornou um combustível para essa resistência. Ela não apenas distorce a realidade, mas também exige que a

família de Marielle, e todos os que a defendem, se dediquem, todos os dias, a proteger sua imagem e seus ideais. A necessidade de lutar pela memória de Marielle, então, é uma constante, um desafio diário que envolve não só reverter as mentiras, mas também fortalecer as narrativas positivas e verdadeiras sobre sua vida e seu legado.

Esse processo revela, de certa forma, a importância da memória e do afeto na preservação da história. Ao transformar a dor do luto em uma ação política e transformadora, a família de Marielle tem mostrado ao mundo que a memória é um direito humano fundamental. Defender a memória de Marielle não é apenas uma forma de resistir, mas também um ato de justiça, que busca garantir que ela continue sendo lembrada não pelas mentiras criadas em torno de sua morte, mas pelos ideais que ela defendeu durante sua vida e pela transformação social que ela almejava.

Em última análise, a luta da família de Marielle é uma luta por dignidade, justiça e verdade. A memória de Marielle, longe de ser um conceito abstrato, é uma ferramenta de resistência que desafia as narrativas dominantes, e a atuação da família nesse processo nos ensina que a luta pela verdade e pela preservação da memória é uma missão que não pode ser interrompida, por mais difícil e dolorosa que seja.

Ao analisar o papel do amor na caminhada de sua família, constatamos que ele foi um elemento central não apenas na luta pela preservação da memória de Marielle, mas também na construção de uma narrativa contra-hegemônica que resistiu às tentativas de apagamento feitas pela desinformação. O amor, portanto, se mostrou uma ferramenta poderosa na construção de um movimento político fundamentado no cuidado, na coletividade, na solidariedade e na justiça social.

A pesquisa também destacou a importância de entender a desinformação como uma estratégia deliberada e intencional, não apenas como um fenômeno de desinformação involuntária. O conceito de desinformação, como discutido por Claire Wardle e Hossein Derakhshan (2019), foi fundamental para a análise dos conteúdos falsos sobre Marielle,

pois permitiu distinguir entre informações incorretas e mentiras deliberadas, destacando a intenção de destruir uma memória e um legado em prol de interesses políticos. Além disso, a reflexão sobre a necropolítica de Achille Mbembe (2016) revelou como a morte de Marielle foi utilizada não apenas para aniquilar sua figura, mas para silenciar a luta por direitos humanos, especialmente no contexto de uma sociedade marcada pela violência estrutural contra pessoas negras.

Ao final, este trabalho reafirma que o caso de Marielle Franco é emblemático não apenas para a história do Brasil, mas para a compreensão da importância da memória e da luta contra a desinformação no contexto das democracias contemporâneas. A luta pela preservação da memória de Marielle é, portanto, uma luta pela justiça social, pela verdade e pela dignidade das vítimas da violência política e simbólica. O legado de Marielle, mantido vivo pela sua família e por todos aqueles que defendem a justiça, é um símbolo de resistência contra as forças desumanizadoras que buscam silenciar vozes como a dela.

Concluo, por fim, este trabalho, enfatizando o quanto sou uma entusiasta da força da luta coletiva como base para enfrentar cenários cruéis e perversos, e adepta da ideia de que, quanto mais soubermos sobre o problema, difundirmos o conhecimento em nossa comunidade, e criarmos ferramentas de prevenção e enfrentamento, mais fortalecidos estaremos para encarar os novos e inevitáveis desafios que surgirão, podendo, até mesmo, fabricarmos nossos próprios futuros. Educação midiática, ao meu ver, é amor. Ensinar aos nossos pares como podemos nos proteger dos riscos das novas tecnologias é cultivar o amor enquanto prática política.

Em 2021, mulheres indígenas do Brasil, reunidas e mobilizadas por meio da Articulação Nacional de Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA), divulgaram um manifesto intitulado "Reflorestarmentes"²⁷. O documento era um chamado à humanidade para uma nova forma possível de

²⁷ ANMIGA.MANIFESTO REFLORESTARMENTES: Reflorestarmentes de sonhos, afetos, soma, solidariedade, ancestralidade, coletividade e história. Disponível em: <https://anmiga.org/manifesto-reflorestarmentes-reflorestarmentes-de-sonhos-afetos-soma-solidariedade-ancestralidade-coletividade-e-historia/> Acesso em 27 jan. 2025.

nos relacionarmos com a Mãe Terra, e também entre nós, após os resultados de um projeto exploratório insustentável de séculos. O manifesto foi um convite a uma construção conjunta de um trajeto de vida que se baseie no encontro entre os povos, no cuidado com a Terra e na interação positiva de saberes. “Corpo é terra, floresta é mente. Queremos reflorestar as mentes para que elas se somem para prover os cuidados tão necessários com nosso corpo-terra”, diz o texto.

A ideia se entrelaça com a proposta que movimentos indígenas também têm reforçado da importância de se “aldear” a política e outros espaços sociais, levando para estruturas dominantes novas formas de construir e pensar política, economia, cultura e governança, um discurso contra hegemônico ligado à troca de saberes e à coletividade, muito pautado na prática que a família de Marielle Franco vem exercendo de forma tão sublime no decorrer dos últimos anos.

É importante que possamos identificar novos padrões de sistemas de opressões racistas impulsionados por tecnologias digitais, mas, para além da identificação de problemas, riscos e desafios, é fundamental agirmos no caminho por encontrar, difundir e promover saídas coletivas, que envolvam o campo da comunicação, dos direitos humanos, da educação e do encontro de diferentes saberes.

É fundamental, ainda, que nos conectemos com o amor enquanto prática política de bell hooks, assim como Audre Lorde e suas reflexões sobre cuidado e autocuidado. Muito antes do termo ter sido apropriado como sinônimo de “skin care” e de noções individuais de “bem-estar”, Lorde relacionava o cuidado à solidariedade, ao compartilhamento do afeto, à amorosidade e à importância de que esse cuidado se dê no coletivo, para que tenhamos atenção a quem nos cerca e, assim, possamos nos proteger.

Combater narrativas de ódio e fortalecer a memória coletiva de pessoas defensoras de direitos humanos, assim como Marielle Franco, é algo que cabe a todos nós, enquanto sociedade. O amor enquanto prática política tem um potencial transformador e inspira novas práticas de resistência. Somente assim

será possível a consolidação de uma sociedade mais justa, plural e comprometida com a dignidade e o bem-viver de todas as pessoas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ARAÚJO, Roberta. **Marielle Franco - Raízes**. Rio de Janeiro: Instituto Marielle Franco, 2021.

ARENDT, Hannah. **A mentira na política**. Crises de República. São Paulo: Perspectiva, 2008.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2013.

BARROS, Thiane; SILVA, Tarcízio (orgs.). **Griots e tecnologias digitais**. . Brasília: Instituto Brasileiro de Pesquisa e Análise de Dados - IBPAD: Desvelar, 2023.

BRADY, William; CROCKETT, M; VAN BAVEL, Jay. **The mad model of moral contagion: the role of motivation, attention and design in the spread of moralized content online**. Perspectives on Psychological Science, 15 (4), 978-1010. <https://doi.org/10.1177/1745691620917336>.

CARRERA, Fernanda.; MARQUES, Catharina. **Racism is not getting worse, it's getting filmed: considerações sobre viralização, comoção pública e branquitude no ambiente digital**. Revista Eco-Pós, v. 25, n. 2, p. 91-120, 2022. <https://doi.org/10.29146/ecops.v25i2.27897>. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/27897. Acesso em: 16 jan. 2025.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: A construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

EVARISTO, Conceição. **Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Orgs. Constância Lima Duarte, Isabella Rosado Nunes; ilustrações Goya Lopes. 1. ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Trad. Renato da Silva. Salvador: EDUFBA, 2008.

FRANCO, Anielle. **Cartas para Marielle**. Rio de Janeiro: Conexão 7, 2019.

FRANCO, Anielle. **Minha irmã e eu: diário, memórias e conversas sobre Marielle**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2022.

FRANCO, Anielle. **Sobre o amor por aquilo que lutamos**. Portal Geledés, 2021. Disponível em:
<https://www.geledes.org.br/sobre-o-amor-por-aquilo-que-lutamos>. Acesso 10 out. 2024.

FREITAS, Ernani Cesar de; PRODANOV, Cleber Cristiano; **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico] : métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

GRAMBO, Kimberly. **Fake news and racial, ethnic, and religious minorities: a precarious quest for truth**. 10 out. 2019. Disponível em:
<https://racism.org/articles/basic-needs/media/6697-fake-news-and-racial-ethnic>. Acesso em 11 set. 2021.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1988.

hooks, bell. **Irmãs do inhome: mulheres negras e autorrecuperação**. São Paulo. WWF Martins Fontes, 2023.

hooks, bell. **Salvação: pessoas negras e o amor**. São Paulo: Editora Elefante, 2024.

hooks, bell. **Tudo sobre o amor**: novas perspectivas. São Paulo: Elefante, 2020.

LABIC. **Análise das imagens de #mariellepresente: memórias entre a dor e a esperança**. Disponível em:

<https://www.labic.net/cartografia/analise-das-imagens-de-mariellepresente-memorias-entre-a-dor-e-a-esperanca>. Acesso em 20 mai. 2023.

LAPA, Raphael Santos. **Sociedades do ódio ético: ainda é importante pensar o Outro?** Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Arte & Ensaios - Revista do PPGAV/EBA/UFRJ, n. 32, dez, 2016.

NASCIMENTO, Abdias, “**Quilombismo**: Um Conceito Emergente do Processo Histórico-cultural da População Afro-brasileira,” in Afrocentricidade: Uma Abordagem Epistemológica Inovadora, org. Elisa Larkin Nascimento (São Paulo: Selo Negro, 2009): 197-281.

MUNN, Luke **Alt-right pipeline**: individual journeys to extremism online. First Monday 24 (6) (2019). <https://doi.org/10.5210/fm.v24i6.10108>

MUNN, Luke. **Angry by design**: toxic communication and technical architectures. Humanit Soc Sci Commun 7, 53 (2020). <https://doi.org/10.1057/s41599-020-00550-7>

O'CALLAGHAN D, Greene D, Conway M, Carthy J, Cunningham P (2015). **Down the (White) rabbit hole**: the extreme right and online recommender systems. SocSci Comput Rev 33(4):459–478.

PEIXOTO, Leonardo. “**Quem mandou matar Marielle?**” - uma conversa com Luyara Franco”. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 28, n. 3, e72525, 2020.

PRODANOV, Cleber Cristiano.; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnica da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAUL, Jessica Mara. **Entre silêncios e protestos: uma reflexão sobre escrita preta no ciberespaço**. Revista Docência e Cibercultura, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p.166-194, 31 dez. 2019. Universidade de Estado do Rio de Janeiro. <http://dx.doi.org/10.12957/redoc.2019.44955>.

SALLES, Débora, DE MEDEIROS, Priscila Muniz, MARTINS, Bruno, REGATTIERI, Lorena e SANTINI, Rose Marie. 2024. “**O papel dos bots sociais no debate ambiental brasileiro**: uma análise dos incêndios florestais na Amazônia em 2020 no Twitter”. A Revisão Internacional de Ética da Informação 33 (1). Edmonton, Canadá. <https://doi.org/10.29173/irie510>.

SILVA, Fernanda Santos Rodrigues; SILVA, Tarcízio (orgs.). **Inteligência Artificial e Discriminação Racial no Brasil**: questões-chave e recomendações. Belo Horizonte: Instituto de Pesquisa sobre Internet e Sociedade, 2024.

SILVA, Vinicius R. C. da; e do nascimento, wanderson f. (2019). **Políticas do amor e sociedades do amanhã**. Voluntas: Revista Internacional De Filosofia, 10, 168–182. <https://doi.org/10.5902/2179378639954>

TRINDADE, Luiz Valério. **Discurso de ódio nas redes sociais**. Editora Jandaíra, 2022.

UNESCO. **Jornalismo, Fake News & Desinformação**. Manual para Educação e Treinamento em Jornalismo, 2019. IRETON, C.; POSETTI, J. (Eds).

Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000368647>. Acesso em: 18 out. 2024.

VARGAS, J. C. **A diáspora negra como genocídio**: Brasil, Estados Unidos ou uma geografia supranacional da morte e suas alternativas. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/As (ABPN), 1(2), 31–66. 2010. Recuperado de <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/289>.

ZACARIAS, Laysi da Silva. **Amefricanizando o amor**: diálogos entre bell hooks e Lélia Gonzalez. 2021. 148 f., il. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) —Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A Senhora está sendo convidada como voluntária a participar da pesquisa da aluna Gabriela de Almeida Pereira, mestranda do Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos e Cidadania da Universidade de Brasília (UnB) e orientanda da professora Vanessa Maria de Castro.

Nesta pesquisa, pretendo investigar como a desinformação impactou a memória de Marielle Franco, vereadora eleita em 2016 pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), e assassinada em 14 de março de 2018. O estudo busca, ainda, evidenciar como a família de Marielle enfrentou as narrativas falsas acerca de sua morte e como ressignificou a luta por justiça e memória por meio do amor como prática política.

Para esta pesquisa, a Senhora participará de uma entrevista e espera-se que o estudo possa contribuir com o debate sobre desinformação e o impacto em populações negras e periféricas, além de evidenciar como o amor pode ser uma estratégia de enfrentamento aos novos desafios da era digital.

Para participar deste estudo, a Senhora não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. A Senhora terá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para recusar-se a participar. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada antes da publicação.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pela pesquisadora responsável, em Brasília, e a outra será fornecida à Senhora.

Eu, _____, portador do documento de Identidade _____ fui informada dos objetivos da pesquisa da aluna Gabriela de Almeida Pereira, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Brasília, _____ de _____ de 2024.

Assinatura do Participante

Assinatura do (a) Pesquisador (a)

Nome da Pesquisadora Responsável: Gabriela de Almeida Pereira

Endereço: Programa de Pós Graduação em Direitos Humanos e Cidadania -
Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares

ICC Central, Bloco B, Mezanino, salas 357/308

Universidade de Brasília - Campus Darcy Ribeiro - Asa Norte, Brasília-DF

Fone: (61) 3107-6368

E-mail: gabrieladealmeidapereira@gmail.com